



renova
> ENERGIA



**Informações financeiras
intermediárias individuais e
consolidadas**

30/09/2025

Renova Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas acompanhadas do relatório sobre a revisão das informações trimestrais

Em 30 de setembro de 2025

Renova Energia S.A.

Índice

	Página
Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas	2
Demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	5
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas	14

Relatório sobre a revisão das informações trimestrais individuais e consolidadas

Aos:
Acionistas e Administradores da
Renova Energia S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, da **Renova Energia S.A.** ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2025, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1)- Demonstração Intermediária e com a Norma Internacional de Contabilidade IAS 34-*Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410-Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410-*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) e com a Norma Internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Ênfase

Encerramento do Plano de Recuperação Judicial (PRJ) e capitalização de créditos

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1.2, a Renova Energia S.A. e determinadas controladas protocolaram, em 16 de outubro de 2019, pedido de Recuperação Judicial, tendo ele sido deferido nessa mesma data, sendo posteriormente deferidos um novo pedido e novos aditamentos aos planos de recuperação judicial.

No dia 12 de fevereiro de 2025, o Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da comarca de São Paulo, proferiu sentença de encerramento do processo de recuperação judicial da Companhia e suas controladas. Em 24 de julho de 2025, decorreu o prazo recursal, sem que houvesse qualquer recurso contra a decisão de encerramento, estando pendente apenas a certificação do trânsito em julgado.

Além disso, o Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações ("Credor"). O aumento de capital é homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$ 534.474 mil. No entanto, em 13 de maio de 2025 a "2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais", em sede de julgamento embargos de declaração, reconheceu nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos. Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação, considerando-se então como efetiva a homologação do referido aumento de capital social.

Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado (DVA)

As informações trimestrais acima referidas incluem as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins do IAS 34.

Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício e período anterior

O exame dos balanços patrimoniais individual e consolidado de 31 de dezembro de 2024 e a revisão das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio, dos fluxos de caixa e do valor adicionado referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2024, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes que emitiram relatórios de auditoria e de revisão sem modificação com parágrafo de ênfase relacionada ao Plano de Recuperação Judicial, datados em 28 de março de 2025 e 14 de novembro de 2024, respectivamente.

São Paulo, 13 de novembro de 2025.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Cassiano", is positioned above the printed name and title.

Cassiano Gonçalves Alvarez
Contador CRC 1SP-219153/O-3

RSM Brasil Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-030.002/O-7



Balanços Patrimoniais

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

ATIVOS	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	6	80	16.211	25.713	144.216
Aplicações financeiras	6	11.704	-	35.877	5.145
Contas a receber de clientes	7	-	-	74.835	48.798
Tributos a recuperar	8	707	840	31.584	12.579
Partes relacionadas	23	11.683	64.936	-	-
Adiantamentos a fornecedores		327	246	172	2.293
Despesas antecipadas		597	119	11.567	9.953
Compromissos futuros	24.i	-	-	56.930	63.415
Outros créditos		1.260	671	4.212	1.870
Total dos ativos circulantes		26.358	83.023	240.890	288.269
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras	6	-	22	-	22
Depósitos judiciais		1.644	795	3.670	2.714
Tributos diferidos		-	-	16.873	12.900
Partes relacionadas	23	72.874	-	-	-
Compromissos futuros	24.i	-	-	181.743	213.868
Investimentos	9	1.273.489	1.029.986	-	-
Imobilizado	10	184.705	116.436	2.535.094	2.543.573
Total dos ativos não circulantes		1.532.712	1.147.239	2.737.380	2.773.077
TOTAL DOS ATIVOS		1.559.070	1.230.262	2.978.270	3.061.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Balanços Patrimoniais

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

Valores expressos em milhares de reais

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
CIRCULANTES					
Fornecedores	12	14.233	19.688	84.326	65.404
Empréstimos e financiamentos	13	852	688	17.976	33.691
Tributos a recolher	14	1.550	2.681	21.774	9.288
Salários, encargos e férias a pagar		7.813	7.402	9.604	8.972
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	219.866	159.834
Arrendamentos a pagar	11	219	195	813	695
Compromissos futuros	24.i	-	-	41.959	76.712
Adiantamentos recebidos		125	100	10.286	5.897
Partes relacionadas	23	-	30.486	-	-
Outras contas a pagar	16	4.005	2.081	7.713	2.149
Total dos passivos circulantes		28.797	63.321	414.317	362.642
NÃO CIRCULANTES					
Fornecedores	12	56.704	16.638	118.400	260.380
Empréstimos e financiamentos	13	31.917	31.881	692.580	1.110.499
Debêntures privadas	13	-	53.756	-	-
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		-	-	32.572	39.123
Contas a pagar - CCEE	15	-	-	68.319	71.413
Arrendamentos a pagar	11	10.703	8.324	27.204	24.277
Partes relacionadas	23	36.438	107	-	-
Provisão para perda sobre investimentos	9	-	21.092	-	-
Provisão para riscos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatório	17	47.282	129.596	93.164	161.145
Provisão para desmantelamento	10.11	-	-	27.537	26.349
Compromissos futuros	24.i	-	-	100.912	85.503
Outras contas a pagar	16	97.134	89.596	153.170	104.064
Total dos passivos não circulantes		280.178	350.990	1.313.858	1.882.753
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
	18				
Capital social		4.706.879	4.170.394	4.706.879	4.170.394
Recursos para futuro aumento de capital	2	2	-	2	-
(-) Custos na emissão de ações		(41.757)	(41.757)	(41.757)	(41.757)
Reservas de capital	1	1	1	1	1
Prejuízos acumulados		(3.415.030)	(3.312.687)	(3.415.030)	(3.312.687)
Total do patrimônio líquido		1.250.095	815.951	1.250.095	815.951
TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.559.070	1.230.262	2.978.270	3.061.346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

Nota explicativa	Controladora			
	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025	01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024
RECEITA (DESPESAS)				
Gerais e administrativas	(3.228)	73.308	(5.820)	(8.596)
Depreciações e amortizações	10 (820)	(2.599)	(904)	(2.832)
Outras receitas (despesas) líquidas	21.117	20.815	(20)	(1.992)
Total	20 17.069	91.524	(6.744)	(13.420)
Resultado de equivalência patrimonial	9.2 (52.833)	(161.391)	(12.807)	(106.945)
Ganho na alienação de ativos	1.1.4 -	658	25.225	90.801
Total	(52.833)	(160.733)	12.418	(16.144)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	(35.764)	(69.209)	5.674	(29.564)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	746	1.276	128	229
Despesas financeiras	(9.565)	(34.410)	(7.149)	(20.085)
Total	21 (8.819)	(33.134)	(7.021)	(19.856)
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	-	(4.451)	(18.971)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	-	-	4.451	18.971
Total	22 -	-	-	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)
Prejuízo por ação básico e diluído (expresso em reais - R\$)	25 (0,12)	(0,27)	(0,00)	(0,13)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

	Nota explicativa	Consolidado			
		01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025	01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024
RECEITA LÍQUIDA	19	143.880	377.900	69.276	167.885
Custos dos serviços de energia elétrica					
Custo com compra de energia		(87.642)	(243.658)	(11.960)	(16.401)
Custo de operação		(18.624)	(52.698)	(16.065)	(44.439)
Depreciações e amortizações	10	(25.084)	(74.892)	(24.172)	(71.892)
Encargos setoriais		(6.268)	(17.789)	(5.919)	(17.368)
Total	20	(137.618)	(389.037)	(58.116)	(150.100)
Compromissos futuros marcação a mercado	24.i	(6.516)	(19.266)	29.583	4.917
RESULTADO BRUTO		(254)	(30.403)	40.743	22.702
RECEITA (DESPESAS)					
Gerais e administrativas		(17.564)	28.456	(17.463)	(43.499)
Depreciações e amortizações	10	(929)	(2.919)	(1.002)	(3.101)
Outras receitas (despesas) líquidas		21.078	20.998	(971)	(2.672)
Total	20	2.585	46.535	(19.436)	(49.272)
Ganho na alienação de ativos	1.1.4	-	658	25.225	90.801
Total		-	658	25.225	90.801
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		2.331	16.790	46.532	64.231
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		2.983	9.468	2.833	4.723
Despesas financeiras		(50.087)	(129.999)	(37.040)	(108.691)
Total	21	(47.104)	(120.531)	(34.207)	(103.968)
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(44.773)	(103.741)	12.325	(39.737)
Imposto de renda e contribuição social - correntes		(2.833)	(6.966)	(8.624)	(26.966)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos		3.023	8.364	(5.048)	17.283
Total	22	190	1.398	(13.672)	(9.683)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO		(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.



Demonstração do Resultado Abrangente

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024
Valores expressos em milhares de reais

	Controladora				Consolidado			
	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025	01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024	01/07/2025 à 30/09/2025	01/01/2025 à 30/09/2025	01/07/2024 à 30/09/2024	01/01/2024 à 30/09/2024
Prejuízo do período	(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)	(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)	(44.583)	(102.343)	(1.347)	(49.420)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Capital Social		Recursos para futuro aumento de capital	Reservas de Capital Ágio	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido controladora e consolidado
		Integralizado	Custos na emissão de ações				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.195.618)	933.020
Prejuízo do período		-	-	-	-	(49.420)	(49.420)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.245.038)	883.600
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		4.170.394	(41.757)	-	1	(3.312.687)	815.951
Aumento de capital social - com emissão de ações	18.	536.258	-	229	-	-	536.487
Integralização dos recursos para futuro aumento de capital		227	-	(227)	-	-	-
Prejuízo do período		-	-	-	-	(102.343)	(102.343)
SALDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2025	18	4.706.879	(41.757)	2	1	(3.415.030)	1.250.095

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo líquido do período		(102.343)	(49.420)	(102.343)	(49.420)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do período com o caixa (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	10	2.599	2.870	81.914	76.300
Compromissos futuros marcação a mercado	24.i	-	-	19.266	(4.917)
Valor residual do ativo imobilizado baixado	10	1.326	15.668	2.440	17.223
Encargos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	13	3.664	3.045	89.396	85.170
Apropriação dos custos sobre empréstimos	13	53	-	1.837	-
Atualização e provisão CCEE	15	-	-	57.339	51.468
Multa sobre ressarcimento	15	-	-	-	47.958
Atualização e provisão (reversão) para riscos cíveis, fiscais e	17	(82.314)	6.448	(67.981)	6.689
Juros sobre aplicações financeiras e cauções		(1.349)	(258)	(9.524)	(4.784)
Juros (líquido) sobre partes relacionadas	23	(22)	309	-	-
Juros sobre contas a pagar	21	20.316	9.294	9.126	12.587
Juros sobre passivo de arrendamento	11	1.268	1.124	2.612	2.342
Atualização da provisão para desmantelamento	10.11	-	-	1.188	1.135
Atualização de depósitos judiciais		-	-	-	9.082
Tributos diferidos ativos		-	-	(3.973)	159
Ganho na alienação de ativos	1.1	-	(90.801)	-	(90.801)
Resultado de equivalência patrimonial	9	161.391	106.945	-	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	(26.037)	(5.130)
Depósitos judiciais		(849)	1.787	(956)	(7.034)
Tributos a recuperar		179	(47)	(19.005)	5.493
Despesas antecipadas		(205)	(75)	(1.614)	(8.032)
Adiantamentos a fornecedores		(81)	252	2.121	262
Outros créditos		(1.248)	(6.686)	(3.000)	(4.491)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		44.033	(10.500)	8.211	(24.714)
Adiantamento de clientes		25	-	4.389	3.083
Tributos a recolher		(1.131)	(1.171)	18.390	2.962
Tributos diferidos passivos		-	-	(6.551)	1.671
Salários e férias a pagar		(4.067)	(3.214)	(4.419)	(2.670)
Contas a pagar CCEE	15	-	-	(1.365)	(18.143)
Outras contas a pagar		9.462	(7.818)	8.679	(9.137)
Pagamentos de imposto de renda e contribuição social					
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos e	13	(3.637)	(466)	(81.474)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		47.070	(23.013)	(27.238)	87.235
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aportes de capital em investidas	9	(56.028)	(7.720)	-	-
Recursos para futuro aumento de capital	9	(7.135)	(2.637)	-	-
Recebimento de Redução de Investimento		-	9.000	-	-
Caixa líquido das controladas incorporadas	1.1.4	110	-	-	-
Recebimento na alienação de ativos	1.1.2	658	37.789	658	37.789
Aplicações financeiras		(10.333)	549	(21.186)	5.236
Aquisição de imobilizado	10	(11.968)	(4.901)	(64.192)	(20.261)
Dividendos recebidos	9	12.613	4.360	-	-
Partes Relacionadas - ações resgatáveis		-	8.640	-	-
Partes relacionadas	23	3.317	4.801	-	-
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimentos		(68.766)	49.881	(84.720)	22.764

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.



	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Partes Relacionadas - ações resgatáveis	9	4.597	-	-	-
Recursos para futuro aumento de capital		2	-	2	-
Pagamentos de empréstimos e financiamentos e debêntures	13	(1.043)	(2.539)	(343)	(511)
Pagamento de passivos de arrendamento		(3.858)	-	(6.204)	-
Partes relacionadas	23	5.867	(12.332)	-	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		5.565	(14.871)	(6.545)	(511)
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16.131)	11.997	(118.503)	109.488
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	16.211	246	144.216	17.600
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	6	80	12.243	25.713	127.088
AUMENTO (REDUÇÃO) NO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(16.131)	11.997	(118.503)	109.488

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstração do valor adicionado

Períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 2024

Valores expressos em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
RECEITAS					
Vendas de energia	19	-	-	432.099	192.133
Compromissos futuros marcação a mercado		-	-	(19.265)	4.917
Efeito da alienação de ativo disponível para venda	1.1	658	90.801	658	90.801
Outras receitas		28.110	4.095	30.970	4.095
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
Custos dos serviços de energia elétrica		(9)	(44)	(362.600)	(78.880)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		79.629	(9.102)	58.911	(23.521)
Valor adicionado bruto		108.388	85.750	140.773	189.545
Depreciação	10	(2.599)	(2.832)	(77.811)	(74.993)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO		105.789	82.918	62.962	114.552
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
Resultado de equivalência patrimonial	9	(161.391)	(106.945)	-	-
Receitas financeiras		1.356	242	9.700	4.788
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		(54.246)	(23.785)	72.662	119.340
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO					
Pessoal:					
Remuneração direta		4.982	2.046	13.857	9.693
Honorários da administração		3.808	1.335	10.594	6.328
Benefícios		867	819	5.132	3.989
FGTS		426	410	1.277	1.327
Impostos, taxas e contribuições:					
Federais		4.248	1.562	13.931	37.853
Estaduais		1	-	992	-
Remuneração de capitais de terceiros:					
Juros		34.258	12.456	127.368	97.878
Aluguéis		(664)	(599)	264	244
Outros		171	7.606	1.590	11.448
Remuneração de Capitais Próprios:					
Prejuízo líquido do período		(102.343)	(49.420)	(102.343)	(49.420)
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		(54.246)	(23.785)	72.662	119.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Informações trimestrais individuais e consolidada para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em outra forma

1. Informações Gerais

A Renova Energia S.A. (“Renova”, “Companhia” ou “Controladora”), sociedade de capital aberto, CNPJ 08.534.605/0001-74, tem suas ações negociadas no nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”). A Companhia é uma sociedade domiciliada no Brasil, com endereço na Avenida das Nações Unidas, 10.989, 8º andar conjunto 82, Brooklin Paulista - São Paulo - SP, que atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis – eólica e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas, produção de combustíveis a partir de fontes naturais e renováveis, a prestação de serviços de apoio logístico a empresas ou companhias de consultoria ambiental, a prestação de consultoria em soluções energéticas relativas à geração, a operação de centrais de processamento de dados, comercialização, transmissão e demais negócios envolvendo energias alternativas, a prestação de serviços de engenharia, construção, logística, desenvolvimento de estudos e projetos relacionados a usinas de geração de energia em todas as suas formas e seus sistemas, bem como a sua implantação, operação, manutenção e exploração, a fabricação e comercialização de peças e equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia, a atuação no mercado de geração de energia elétrica por meio de equipamentos de geração de energia solar, incluindo, mas não se limitando, a comercialização de energia gerada por fonte solar, a comercialização de equipamentos para a geração, transmissão e distribuição de energia por fonte solar, beneficiamento de polissilício, lingotes, wafers, células, painéis, módulos e inversores, a comercialização, arrendamento, aluguel ou qualquer outra forma de disponibilização de ativos de geração de energia e participação no capital social de outras sociedades.

Em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui participação societária nas seguintes controladas diretas e indiretas, em operação e em construção (“Grupo Renova”):

Investimentos	Classificação	Descrição
Renova PCH Ltda. ("Renova PCH")	Controlada direta	Tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte hídrica.
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ¹ Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	Controlada direta	Sociedades por ações de capital fechado, sediadas no Estado de São Paulo e na Bahia, que tem por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente na área de geração de energia elétrica por fonte eólica.
Diamantina Eólica Participações S.A. (Holding) ¹	Controlada indireta	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
Ventos de São Cristóvão Energias Renováveis S.A.	Controlada indireta	Subsidiária integral, tem por objeto social principal a comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Renova Comercializadora de Energia S.A.	Controlada direta	
Centrais Eólicas Abil S.A. ¹ Centrais Eólicas Acácia S.A. ¹ Centrais Eólicas Angico S.A. ¹ Centrais Eólicas Folha da Serra S.A. ¹ Centrais Eólicas Jabuticaba S.A. ¹ Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A. ¹ Centrais Eólicas Taboquinha S.A. ¹ Centrais Eólicas Tabua S.A. ¹ Centrais Eólicas Vaqueta S.A. ¹	Controlada indireta	Sociedades por ações de capital fechado, que têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2013 ("LER 2013").
Centrais Eólicas São Salvador S.A. ¹ Centrais Eólicas Cedro S.A. ¹ Centrais Eólicas Vellozia S.A. ¹ Centrais Eólicas Angelim S.A. ¹ Centrais Eólicas Facheiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Sabiu S.A. ¹ Centrais Eólicas Barbatimão S.A. ¹ Centrais Eólicas Juazeiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Jataí S.A. ¹ Centrais Eólicas Imburana Macho S.A. ¹ Centrais Eólicas Amescla S.A. ¹ Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A. ¹ Centrais Eólicas Pau d'Água S.A. ¹ Centrais Eólicas Manineiro S.A. ¹	Controlada indireta	Têm por objeto social projetar, implantar, operar e explorar parque eólico específico, localizado no Estado da Bahia. Em regime de autorização, tem toda a sua produção comercializada no mercado livre.
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ¹	Controlada direta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Unha d'Anta S.A. ¹	Controlada indireta	Tem por objeto social projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica oriundas de fontes eólicas e solar, localizadas no Estado da Bahia. Em regime de autorização, têm toda a sua produção contratada com a CCEE, no âmbito do Leilão de Energia de Reserva – 2014 ("LER 2014").
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ² Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ² Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ² Centrais Eólicas Canjoão S.A. ² Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ² Centrais Eólicas Conquista S.A. ² Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ² Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ² Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ² Centrais Eólicas Macambira S.A. ²	Controlada direta (Incorporada)	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.

Investimentos	Classificação	Descrição
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ² Centrais Eólicas Tingui S.A. ² Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ² Centrais Eólicas Caliandra S.A. ² Centrais Eólicas Cansanção S.A. ² Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ² Centrais Eólicas Ico S.A. ² Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ² Centrais Eólicas Lençóis S.A. ² Centrais Eólicas Putumaju S.A. ²	Controlada direta (incorporada)	Têm por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção e geração de energia elétrica por meio de fonte eólica.
SF 120 Participações Societárias S.A. Renovapar S.A.	Controlada direta	Têm por objeto social principal a participação em outras sociedades que atuem, direta ou indiretamente, na área de geração e comercialização de energia elétrica em todas as suas formas.
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica e solar, comercializar energia elétrica, bem como comercializar quaisquer outros direitos advindos de benefícios ambientais resultantes dessa atividade, e ainda, desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de tais atividades de geração e comercialização da energia elétrica.
Taperoá Centrais Eólicas Ltda Ventos de São Bartolomeu Energia Renováveis Ltda.	Controlada direta	Têm por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente a usina de geração de energia elétrica oriunda de fonte eólica, bem como comercializar a energia elétrica, e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.
UFV Maracujá Ltda. UFV Gregal Ltda. UFV Lagoa Ltda. UFV Tambora Ltda. UFV Vatra Ltda. UFV Cachoeira Ltda. UFV Fotiá Ltda. UFV Morrinhos Ltda. UFV Iracema Ltda. UFV Azufre Ltda. UFV Junco Ltda. UFV Carabas Ltda. UFV Quixabas Ltda.	Controlada direta	Tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar usinas de geração de energia elétrica por fonte renovável, bem como o aluguel de máquinas, equipamentos e quaisquer outros direitos relacionados a essa atividade.

Nota 1: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A.

Nota 2: empresas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase B (Incorporadas nota 1.1.5)

1.1.Principais eventos ocorridos no exercício findo em 31.12.2024 e período findo em 30.09.2025

1.1.1. Pagamento de credores

Conforme cronograma de pagamento das amortizações estabelecido no Plano de Recuperação Judicial da Renova, em fevereiro de 2023 a Companhia realizou o pagamento da primeira parcela aos credores com Garantia Real “Classe II”, cujo montante total foi de R\$34,4 milhões. Em agosto de 2023, a Companhia constituiu acordo de *Standstill*, conforme Fato Relevante publicado em 13 de agosto de 2023, o qual possibilitou o pagamento parcial de juros no total de R\$10,6 milhões, pagos em três parcelas iguais e consecutivas com vencimento entre agosto e outubro de 2023. Em continuidade as tratativas no âmbito da Recuperação Judicial os novos aditamentos foram submetidos à homologação em 14 de outubro de 2024, e em 15 de outubro de 2024 foi realizado o pagamento de R\$18,9 milhões referente aos juros acumulados do período, com homologação final dos aditivos ocorridos em 30 de outubro de 2024.

Quanto aos pagamentos dos credores quirografários, Classe III, estão sendo realizados conforme estabelecido no cronograma de pagamento do Plano de Recuperação Judicial da Companhia.

Adicionalmente, em fevereiro e agosto de 2024, foram realizados os pagamentos dos credores classe III, no valor montante de R\$24,4 milhões do Plano de Recuperação Judicial.

Em 14 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$11,7 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 14 de agosto de 2024 a 14 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.4.1.2.2.2. do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 17 de fevereiro de 2025, foi realizado o pagamento de R\$32,8 milhões, referente à parcela semestral correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) dos juros acumulados no período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro de 2025, conforme previsto na cláusula 8.3.1.1.3.2 do 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

Em 14 de agosto de 2025, foi realizado o pagamento de R\$8,9 milhões, referente à parcela semestral correspondente a principal mais juros acumulados no período de 15 de fevereiro de 2024 a 14 de agosto de 2025, conforme 5º aditivo do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe III quirografários.

Em 14 de agosto de 2025, foi realizado o pagamento de R\$ 48,6 milhões, referente à parcela semestral correspondente a juros acumulados no período de 15 de fevereiro a 14 de agosto de 2025, conforme 7º aditamento do Plano de Recuperação Judicial das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova para Classe II (Garantia Real) e extraconcursal.

1.1.2. Suspensão da liminar contrato Light

Em 16 de março de 2023, o Superior Tribunal de Justiça revogou a medida liminar que visava suspender a eficácia da sentença do procedimento arbitral promovido pela Light.

Os recursos pendentes de julgamento não possuem efeito suspensivo. Assim, considerando o julgamento, em 25 de abril de 2024, do incidente de Recuperação ajuizado pela LightCom, a Companhia incluiu no quadro geral de credores o crédito de R\$51 milhões em favor da LightCom, Classe III (Nota 16).

A partir de janeiro de 2025, o contrato anteriormente rescindido unilateralmente pela LightCom com a controlada Renova Comercializadora S.A foi restabelecido e voltou a produzir seus efeitos.

1.1.3. Acordo transação de projetos em desenvolvimento

Em abril de 2024, foi assinado um instrumento particular de transação entre a Companhia e o Grupo Sallus, representado por suas sociedades investidas, dedicados à pesquisa e implementação de projetos de energia eólica e solar.

O acordo abrange a sobreposição de projetos em desenvolvimento entre as partes. Para transação foram atendidas todas as condições precedentes, destacam-se a homologação pelo juízo da Recuperação Judicial e a autorização do CADE.

1.1.4. Earn-Out – Alto Sertão II

Em abril de 2024, foi concluído o ajuste de preço sob a forma de *earn-out*, conforme previsto no contrato de compra e venda do Complexo Eólico Alto Sertão II entre a Companhia e a AES. O impacto deste ajuste de preço foi positivo no resultado da Companhia em R\$65,5 milhões com impacto no caixa de R\$22,1 milhões e reversão de provisão em Outras Contas a Pagar de R\$43,4 milhões.

1.1.5. Incorporação de empresas do grupo

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária, a incorporação de 20 Sociedades de Propósito Específico (SPEs) do Complexo Alto Sertão III – Fase B (relação das empresas nota 1) pela Companhia com data base de 30 de abril de 2025. A operação, fundamentada em laudos de avaliação independentes, visa à simplificação da estrutura societária e à consolidação dos ativos operacionais.

Como efeito direto, foi promovida a baixa da rubrica de Debêntures Privadas na controladora, anteriormente vinculadas às SPEs incorporadas, sem impacto no consolidado do Grupo.

A seguir são apresentados os valores justos dos ativos e passivos incorporados obtidos a partir do supracitado laudo com data base de 30 de abril de 2025:

Valores expressos em milhares de reais

ATIVOS	30/04/2025	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	30/04/2025
CIRCULANTES		CIRCULANTES	
Caixa e equivalentes de caixa	110	Fornecedores	3.567
Tributos a recuperar	46	Total dos passivos circulantes	3.567
Despesas antecipadas	273		
Total dos ativos circulantes	429	NÃO CIRCULANTES	
		Fornecedores	22.946
		Total dos passivos não circulantes	22.946
NÃO CIRCULANTES		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Debêntures privadas	52.593	Capital social	341.469
Imobilizado	50.755	Recursos para futuro aumento de capital	1.373
Total dos ativos não circulantes	103.348	Prejuízos acumulados	(265.578)
		Total do patrimônio líquido	77.264
TOTAL DOS ATIVOS	103.777	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	103.777

1.2. Recuperação judicial

Em 16 de outubro de 2019 a Companhia e determinadas controladas protocolaram pedido de Recuperação Judicial, na Comarca da Capital de São Paulo, com fundamento na Lei nº 11.101/2005 (Processo no. 1103257-54.2019.8.26.0100 perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca da Capital de São Paulo), o qual foi deferido nessa mesma data.

Em 18 de dezembro de 2020 a Companhia e determinadas controladas protocolaram novos planos de recuperação judicial, sendo um plano referente exclusivamente às Sociedades do Projeto Alto Sertão III – Fase A vinculadas ao financiamento originalmente obtido junto ao BNDES e um segundo plano contemplando a Companhia e as demais Sociedades em Recuperação judicial do Grupo Renova, os quais foram aprovados em Assembleias Gerais de Credores realizadas nessa mesma data.

Os referidos planos foram homologados pelo Juízo da Recuperação Judicial em 18 de dezembro de 2020, tendo a decisão sido publicada no Diário da Justiça Eletrônico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo em 14 de janeiro de 2021. De acordo com o entendimento da Administração, suportado inclusive pelos seus assessores jurídicos que acompanham o tema, a Companhia reconheceu os efeitos contábeis do Plano de Recuperação Judicial no exercício de 2020 considerando a data da aprovação pela Assembleia Geral de Credores e homologação pelo Juízo.

Os passivos do Grupo Renova negociados no âmbito da recuperação judicial foram segregados em quatro classes. O quadro abaixo demonstra a posição atualizada dos credores em 30 de setembro de 2025:

Classes	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos realizados	Crédito convertido em ação	Juros/ Encargos	Saldo em 30/09/2025
Classe II - credores com garantia real	1.129.487	(79.104)	(438.953)	86.893	698.323
Classe III - credores quirografários	324.890	(17.139)	(97.563)	6.301	216.489
Extraconcursal	33.342	(3.170)	-	3.318	33.490
Total	1.487.719	(99.413)	(536.516)	96.512	948.302

Classes	Saldo em 31/12/2023	Créditos habilitados	Pagamentos realizados	Juros/ Encargos	Saldo em 31/12/2024
Classe I - credores trabalhistas	118	-	(1)	(117)	-
Classe II - credores com garantia real	1.035.274	-	(18.420)	112.633	1.129.487
Classe III - credores quirografários	284.768	57.938	(24.412)	6.596	324.890
Classe IV - credores microempresas e empresas de pequeno porte	842	(374)	-	(468)	-
Extraconcursal	30.558	-	(543)	3.327	33.342
Total	1.351.560	57.564	(43.376)	121.971	1.487.719

Em 30 de setembro de 2025 as classes estão apresentadas nas notas explicativas conforme quadro abaixo:

	Notas	Saldo em 30/09/2025	Saldo em 31/12/2024
Fornecedores	12	123.689	270.040
Empréstimos e financiamentos	13	735.677	1.171.149
Contas a pagar - CCEE	15	28.887	31.727
Outras contas a pagar	16	60.049	14.803
Total		948.302	1.487.719

A Classe I contempla os credores trabalhistas cujos pagamentos ocorreram da seguinte forma:

- a) Créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial até o limite de 5 salários-mínimos com prazo de pagamento de 30 dias após a homologação do plano (pagamentos efetivados).
- b) Valor adicional de até R\$10 mil para cada credor trabalhista limitado ao valor do respectivo crédito em até 60 dias da data de homologação do plano (pagamentos efetivados).
- c) O pagamento do saldo remanescente será realizado por meio de uma das duas opções abaixo:
 - i. Opção A: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 12 meses reajustado por taxa equivalente a 0,5% ao ano acrescida da variação da taxa referencial.
 - ii. Opção B: pagamento de 100% do valor do saldo remanescente em até 18 meses após um período de carência de 6 meses da data de homologação, reajustado pelo equivalente a 120% da variação do CDI.

Os credores trabalhistas tiveram 120 dias da data da publicação do plano para escolha da forma de pagamento, caso contrário, foram automaticamente enquadrados na opção A.

A Classe II contempla o credor com garantia real, no início de agosto de 2024, a Companhia foi informada de que o Banco Bradesco vendeu seus créditos para a gestora JM. Essa operação não altera as condições previamente estabelecidas para a Renova, exceto pela mudança de titularidade do crédito, sem qualquer ajuste no fluxo de pagamento ou nas taxas contratadas.

A Companhia, celebrou novos aditamentos aos planos de recuperação judicial da própria empresa e das sociedades que compõem o Alto Sertão III (conjuntamente, os "Planos"), com aprovação unânime dos credores com garantia real. Esses aditamentos visam o reperfilamento da dívida e foram submetidos à homologação na 2ª Vara de Falências de São Paulo em 14 de outubro de 2024. Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao Plano de Recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005.

Com a homologação do 7º aditivo ao Plano de Recuperação, o fluxo de pagamento foi reestruturado para os créditos dos credores com garantia real – classe II, onde:

- Os créditos de Garantia Real serão remunerados a 100% do CDI a partir da data do pedido.
- Durante os 24 meses após a homologação do 7º Aditamento, a Renova poderá optar por uma nova fórmula de remuneração, composta por:

- IPCA acumulado (pro rata temporis);
- NTN-B 2035 (acima do IPCA);
- *Spread* prefixado de 0,5% ao ano.
- Taxa Piso IPCA + 5% ao ano.
- A partir de 15 agosto de 2026, término da carência da amortização do principal.

O novo fluxo de amortização seguirá conforme o quadro abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2026	-	1,00%
2027	1,01%	1,53%
2028	1,55%	2,11%
2029	2,69%	2,76%
2030	2,84%	2,92%
2031	3,01%	3,11%
2032	3,21%	5,30%
2033	5,59%	5,93%
2034	6,30%	6,72%
2035	7,21%	35,21%

- Parcelas em atraso: As parcelas semestrais previstas no plano anterior, com vencimentos em agosto 2023 e fevereiro 2024, serão capitalizadas ao saldo devedor em 15 de outubro de 2024.
- Pagamento em 15 de outubro de 2024: Foi pago 25% dos juros do período de 14 de fevereiro 2024 a 15 de outubro de 2024, enquanto os 75% restantes serão capitalizados ao saldo devedor.
- Pagamento em 15 de fevereiro 2025: Foi pago 75% dos juros do período de 15 de outubro de 2024 a 15 de fevereiro 2025, com os 25% restantes capitalizados ao saldo devedor.
- A partir de 15 de agosto de 2025: Os juros semestrais passarão a ser integralmente pagos, sem capitalização.

A Classe III é composta pelos credores quirografários que foram pagos da seguinte forma:

- Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor quirografário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- Durante os primeiros 24 meses, serão realizados pagamentos semestrais de R\$100 mil a ser distribuído de forma pro rata entre os credores quirografários na proporção dos seus respectivos créditos, iniciando-se a partir de 6 meses da data da publicação. Eventuais saldos de juros não cobertos pelos pagamentos semestrais serão capitalizados semestralmente ao principal. Após esse período, o saldo de juros passará a ser pago em parcelas semestrais, juntamente com as parcelas de principal.

- d)** O principal será pago em 24 parcelas semestrais sucessivas, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada 6 (seis) meses, de acordo com as porcentagens de amortização abaixo:

Ano	1ª parcela semestral	2ª parcela semestral
2023	2,50%	2,50%
2024	2,50%	2,50%
2025	2,50%	2,50%
2026	2,50%	2,50%
2027	2,50%	2,50%
2028	2,50%	2,50%
2029	2,50%	5,00%
2030	5,00%	5,00%
2031	5,00%	5,00%
2032	5,00%	5,00%
2033	5,00%	5,00%
2034	10,00%	12,50%

Os credores essenciais fundiários serão pagos da seguinte forma:

- a)** Pagamentos iniciais, no montante de até R\$2 mil será pago a cada credor essencial fundiário, limitado ao valor do respectivo crédito, sendo R\$1 mil em até 90 dias e mais R\$1 mil em até 180 dias a contar da data da publicação sem a incidência de correção monetária e juros (pagamentos efetivados).
- b)** O saldo remanescente será reajustado pelo equivalente a 0,5% a.a. acrescido da variação da taxa referencial, a partir da data do pedido de recuperação judicial.
- c)** Os juros sobre o saldo devedor, capitalizados anualmente, serão pagos em parcelas trimestrais após o fim do período de carência de juros de três meses a contar da data de publicação.
- d)** O principal será pago em 12 (doze) parcelas trimestrais, vencendo-se a primeira no mês imediatamente seguinte ao término da carência de principal, e as demais a cada três meses.

Os credores classificados como seguradoras parceiras receberão o pagamento integral dos seus créditos concursais, conforme indicado na lista de credores, em moeda corrente nacional creditada na conta bancária de sua titularidade informada nos autos da recuperação judicial, em até 3 anos da data de renovação da respectiva apólice de seguro ou assinatura de nova apólice de seguro.

A Classe IV é composta por credores microempresas e empresas de pequeno porte que receberam o pagamento inicial no montante de até R\$20 mil por credor, em parcela única e limitado ao seu crédito, em até 90 dias a contar da data da publicação (pagamentos efetivados). O saldo remanescente será pago em até 12 meses com a correção de 100% do CDI.

Em 21 de outubro de 2024 a Companhia, em atendimento ao artigo 157, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e à Resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº 44, de 23 de agosto de 2021, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu correspondência enviada por VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), fundo de investimento integrado do conglomerado econômico da AP Energias Renováveis Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, acionista pertencente ao grupo de controle da Companhia, contemplando o seu compromisso de subscrição de ações ordinárias de emissão da Companhia, ao preço unitário de R\$1,08 (um real e oito centavos), mediante capitalização de créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, no montante aproximado de R\$524 milhões (“Compromisso de Assinatura”).

A Companhia esclarece que o Compromisso de Subscrição e a proposta de aumento do capital social da Companhia, mediante emissão de ações ordinárias de emissão da Companhia, para subscrição privada, nos termos do Compromisso de Subscrição, serão submetidos à análise do Conselho de Administração, que oportunamente deliberaria sobre a realização, ou não, do referido aumento de capital.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor declarou que é titular de créditos, detalhado nas notas explicativas 12 (classe III) e 13.5 (classe II).

O aumento de capital com base nos créditos ocorreu por meio da capitalização dos créditos detidos pelo Investidor contra a Companhia no momento da sua capitalização. A Capitalização de Créditos, nos termos propostos, reduziu o endividamento em aproximadamente 35% (trinta e cinco por cento) (base set/24), sem qualquer comprometimento do caixa resultando em uma redução substancial da alavancagem da Companhia. Vale ressaltar, que a Capitalização de Créditos beneficia não apenas a Companhia, ao reduzir de forma material o seu passivo, mas a todos os credores concursais, ao proporcionar-lhes conforto adicional de que a Companhia conseguirá adimplir suas obrigações nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

Em 25 de outubro de 2024, a Companhia comunicou seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante emissão, para subscrição privada, de no mínimo 485.185.185 e no máximo 500.000.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (“Ações Ordinárias”), dentro do limite do capital autorizado, conforme disposto no estatuto social da Companhia. O preço de emissão foi fixado em R\$1,08 (um real e oito centavos) por Ação Ordinária (“Preço de Emissão”), totalizando, no mínimo, R\$523.999.999,80 (“Subscrição Mínima”) e, no máximo, R\$540.000.000,00 (“Subscrição Máxima” e “Aumento de Capital”, respectivamente), condicionado ao recebimento, pela Companhia, da confirmação da titularidade dos Créditos (conforme definido abaixo) pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Preço de Emissão foi fixado com base na proposta constante do Compromisso de Subscrição (conforme definido abaixo) e corresponde ao preço médio ponderado por volume (VWAP) das Ações Ordinárias na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, nos 30 pregões entre 12 de setembro e 23 de outubro de 2024, com deságio de 0,9%. Assim, o preço de emissão foi fixado com base no artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, sem resultar em diluição injustificada para os atuais acionistas da Companhia (incluindo os titulares de Units).

O Aumento de Capital tem como finalidade viabilizar a capitalização dos Créditos, com consequente redução do endividamento e fortalecimento da estrutura de capital da Companhia, visando à superação da situação de crise da Companhia, em benefício dos interesses da Companhia e de seus acionistas, credores e demais stakeholders.

Foi assegurado o direito de preferência para subscrição das Ações Ordinárias objeto do Aumento de Capital aos acionistas da Companhia (inclusive titulares de Units), nos termos do artigo 171, §2º, da Lei das Sociedades por Ações (“Direito de Preferência”). Como o Aumento de Capital está condicionado à confirmação da titularidade dos Créditos pelo Credor, o prazo para exercício do Direito de Preferência foi divulgado oportunamente por meio de novo aviso aos acionistas.

O Conselho de Administração aprovou que o Aumento de Capital poderia ser parcialmente homologado, desde que respeitada a Subscrição Mínima, inclusive por meio da capitalização dos Créditos.

Em 12 de fevereiro de 2025, o Juízo Recuperacional proferiu sentença de encerramento da Recuperação Judicial da Companhia e suas controladas (“Grupo Renova Energia”), processo nº 1103257-54.2019.8.26.0100 e a referida decisão foi objeto de recurso. No entanto, as partes se conciliaram e o juiz em 23 de maio de 2025 proferiu decisão que integrou a sentença anterior, ratificando o encerramento da Recuperação Judicial. Diante disso, em 24 de julho de 2025, decorreu o prazo recursal, sem que houvesse qualquer recurso contra a decisão de encerramento, estando pendente apenas a certificação do trânsito em julgado.

Em 5 de março de 2025, a Companhia recebeu a confirmação do VC Energia II Fundo de Investimento em Participações quanto à titularidade da totalidade dos créditos a serem capitalizados no âmbito do aumento de capital social da Companhia, dentro do limite de capital autorizado.

Em 6 de março de 2025, foram celebrados o “Termo de Compromisso de Lock-Up” e o “Termo de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital” entre a Companhia e o Credor, formalizando as obrigações assumidas pelo Credor.

Em 28 de abril de 2025, o Conselho de Administração aprovou a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos, correspondente a R\$ 534 milhões, representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$ 1,08 (um real e oito centavos).

Do total homologado, R\$ 226mil foram subscritos e integralizados em moeda corrente nacional, em razão do exercício do Direito de Preferência, correspondendo a 209.206 ações ordinárias. As demais 494.674.659 ações foram subscritas pelo Credor.

O Credor passou a integrar o bloco de controle da Companhia, conforme termo de adesão celebrado em 19 de fevereiro de 2025, com efeitos a partir da homologação do Aumento de Capital.

As subscrições condicionadas, total ou proporcionalmente, à homologação total do Aumento de Capital seriam canceladas e os valores pagos pelos subscritores seriam devolvidos aos subscritores em 30 de abril de 2025, conforme os procedimentos estabelecidos pela instituição escrituradora e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 15 de maio de 2025, a Companhia tomou conhecimento de decisão da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais, em sede de embargos de declaração, que reconheceu a nulidade da operação de conversão de crédito realizada pela Companhia mediante capitalização de créditos homologada em 28 de abril de 2025.

Em 26 de maio de 2025, em novo julgamento de embargos de declaração opostos pela Companhia, foi revogada a declaração de nulidade da operação.

Nos termos da nova decisão judicial, a Companhia deveria estender aos demais credores a possibilidade de capitalizar seus créditos, em condições isonômicas às do Aumento de Capital homologado em 28 de abril de 2025. Os credores tiveram o prazo de 10 (dez) dias corridos, contados da divulgação de novo fato relevante, para manifestar interesse. Os credores interessados deveriam contatar a Companhia até 19 de junho de 2025 (“Período de Manifestação”).

Durante esse período, o credor poderia celebrar compromisso irrevogável e irretratável de subscrição de ações ordinárias ao preço unitário de R\$ 2,16 (dois reais e dezesseis centavos) (após grupamento de ações, conforme nota 18(d)), a serem integralizadas mediante capitalização da totalidade de seus créditos, conforme atualizados na data de homologação do novo aumento de capital (“Compromisso de Subscrição”), assumindo ainda:

- obrigação de não alienar, emprestar, negociar ou de qualquer outra forma transferir ou dispor, total ou parcialmente, a título oneroso ou gratuito, das ações ordinárias de emissão da Companhia que venham a ser entregues ao credor em decorrência da capitalização de seus créditos, pelo período de 12 (doze) meses, contados do efetivo recebimento de tais ações ordinárias pelo credor (“Compromisso de Lock-up”); e

- obrigação de investir na Companhia, por meio da realização de adiantamento para futuro aumento de capital em favor da Companhia, eventual parcela em dinheiro a que o credor faça jus em decorrência de eventual exercício do direito de preferência na subscrição das ações ordinárias objeto do Novo Aumento de Capital pelos acionistas da Companhia (ou seus respectivos cessionários) (“Compromisso de Investimento”).

A Companhia informa que os termos e condições do Compromisso de Subscrição, do Compromisso de Lockup e do Compromisso de Investimento são estabelecidos conforme as disposições dos instrumentos celebrados pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações, no contexto do Aumento de Capital de 28 de abril de 2024.

A sentença de encerramento da Recuperação Judicial foi proferida nos termos do art. 63 da Lei nº 11.101/2005, conforme alterada (“LRF”), reconhecendo o cumprimento integral das obrigações previstas no plano de recuperação judicial (“Plano”). Isso significa que o Grupo Renova Energia atendeu a todas as obrigações assumidas perante os credores, implementando com êxito as medidas estabelecidas no Plano, dentro dos prazos, termos e condições estipulados. Este é um marco fundamental na reestruturação e transformação da Companhia, consolidando sua sustentabilidade de longo prazo, rentabilidade e capacidade de inovação.

O encerramento da Recuperação Judicial permite à Companhia operar com maior estabilidade, superar os desafios financeiros e seguir com o pagamento do saldo do passivo concursal de R\$974.722.

A íntegra dos Planos de Recuperação Judicial aprovados, a ata da Assembleia Geral de Credores, bem como todas as informações referentes ao processo de recuperação judicial da Companhia estão disponíveis no website da CVM (www.cvm.gov.br) e de relações com investidores (<http://ri.renovaenergia.com.br>). As informações acima resumidas devem ser lidas em conjunto com os Planos de Recuperação Judicial propriamente dito.

1.3. Continuidade operacional

No período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresentou um prejuízo consolidado de R\$102.343, prejuízos acumulados de R\$3.415.030, passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$2.439 (Controladora) e passivos circulantes em excesso aos ativos circulantes no montante de R\$173.427 (Consolidado).

O resultado do exercício findo em 30 de setembro de 2025 deve-se, principalmente ao resultado financeiro líquido negativo (despesa financeira) consolidado, no montante de R\$129.999 que está representado substancialmente pelo reconhecimento de juros relacionados aos empréstimos e fornecedores.

Em 30 de setembro de 2025, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo, reflexo do registro temporário de R\$ 219.866 no passivo circulante, relativos a ajustes regulatórios com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). Esses valores não representam desembolso imediato, pois sua exigibilidade está suspensa conforme o Despacho nº 2.303, até a conclusão da apuração definitiva (ver nota 15).

Importante ressaltar que parte desses montantes poderá ser revisada e compensada, considerando efeitos regulatórios (*Curtailment*) que asseguram à Companhia direito a reembolso parcial. Além disso, a Administração acompanha a Medida Provisória nº 1.304/2025, que trará regulamentação definitiva até 31 de dezembro de 2025, reforçando previsibilidade e segurança jurídica.

Portanto, essa posição contábil não indica risco financeiro ou ameaça à continuidade operacional da Companhia.

A Companhia concluiu a obra do Complexo Solar Caetité, localizado no sudoeste da Bahia, com capacidade instalada de 4,8MWp. O empreendimento é composto por 19.500 placas de 245W cada e 4 inversores, e terá a energia comercializada na modalidade de geração distribuída. A energização ocorreu no terceiro trimestre de 2025.

A Companhia continua monitorando e mantendo os projetos em fase de desenvolvimento, dando sequência na rotina de regularização fundiária, manutenção de licenças ambientais, monitoramento dos recursos eólicos e solares. Atualmente, o portfólio possui uma potência estimada em mais de 7 GW eólicos e 2 GW solares localizados em diversos estados do Brasil. Nesse período, também desenvolveu 11 projetos de geração distribuída (33MW) que se encontram em trâmite de solicitação de parecer de acesso, foram desenvolvidos em áreas já arrendadas no passado e utilizando recursos técnicos internos da empresa.

As informações trimestrais foram preparadas com base no pressuposto da continuidade.

2. Políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As Informações Contábeis Intermediárias Consolidadas, identificadas como “Consolidado”, foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

As Informações Contábeis Intermediárias individuais da controladora foram preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), identificadas como “Controladora”.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras trimestrais de 30 de setembro de 2025, aprovadas pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2025.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado, foram aprovadas para arquivamento na CVM pelo Conselho de Administração em 13 de novembro de 2025.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração em sua gestão das atividades da Companhia.

2.3 Base de elaboração, mensuração e resumo das principais políticas contábeis

As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo Renova é como segue:

2.3.1 Bases de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras das controladas mencionadas na nota 1. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do Grupo Renova são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

2.3.2 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os investimentos da Companhia incluem a mais valia identificada na aquisição da participação líquida de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se houver.

2.3.3 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades das controladas é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados possam ser estimados de maneira confiável, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

A receita obtida com a venda de energia elétrica é reconhecida no resultado quando do seu fornecimento, medição ou condição contratual. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e mútuos com partes relacionadas. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

2.3.4 Resultado por ação

O lucro (prejuízo) por ação básico é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias (“ON”) e preferenciais (“PN”) da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, excluídas as ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) por ação diluído é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do exercício das opções de compra de ações com valor de exercício inferior ao valor de mercado, excluídas as ações em tesouraria.

2.3.5 Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

a) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa do Grupo Renova com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

As controladas indiretas que integram o Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A, controladas diretas Itaparica e Itapuã VII optaram pelo regime do lucro presumido. A controladora e demais companhias listadas na nota 1 são optantes do regime do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro real são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$20 por mês incorrido no ano para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto de renda e a contribuição social com base no lucro presumido são recolhidos trimestralmente sobre a receita bruta, considerando o percentual de presunção, nas formas e alíquotas previstas na legislação vigente (base de estimativa de 8% e 12% sobre as vendas para imposto de renda e contribuição social, respectivamente) e as receitas financeiras.

b) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no fim de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável.

Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

2.3.6 Ativo imobilizado

a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, quando aplicado, e custos e juros de empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros capitalizados durante a fase de construção deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados, quando aplicável.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados nas imobilizações em curso. Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não são vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa para a capitalização dos custos desses empréstimos.

As licenças ambientais prévias e de instalação, obtidas na fase de planejamento do empreendimento e na instalação dele, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos ativos das pequenas centrais hidrelétricas, parques eólicos e usinas de geração solar.

b) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/2015 emitida pela ANEEL pelo fato de a Administração entender que essas taxas de depreciação refletem a melhor estimativa de vida útil dos ativos e, portanto, são utilizadas pela Companhia e suas controladas para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

c) Provisão para desmantelamento

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. São constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas às despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos. A Companhia e suas controladas adotam como prática contábil a contabilização dessa provisão quando da entrada em operação comercial dos parques eólicos.

2.3.7 Arrendamentos

A Companhia possui contratos de arrendamento de uso de terra, referente aos parques eólicos, usina fotovoltaica e contratos para os escritórios.

Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por eventuais novas mensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso é idêntico ao valor dos passivos de arrendamentos reconhecidos. Contemplam no cálculo custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente líquido dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do contrato. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação: mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou alteração na avaliação da opção de compra do ativo subjacente.

2.3.8 Redução ao valor recuperável de ativos

No fim de cada exercício, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia e suas controladas calculam o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos tributos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável calculado de um ativo (ou unidade geradora de caixa) for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Caso as condições precedentes que originaram a perda por redução recuperável sejam superadas a reversão é reconhecida no resultado do exercício.

2.3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.3.10 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia ou suas controladas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado e (ii) mensurados pelo custo amortizado, baseado no modelo de negócio pelo qual eles são mantidos e nas características de seus fluxos de caixa contratuais. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros:

a.1) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado: são ativos mantidos para negociação ou designados como tal no momento do reconhecimento inicial. A Companhia e suas controladas gerenciam esses ativos e tomam decisões de compra e venda com base em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e sua estratégia de investimentos. Esses ativos financeiros são registrados pelo respectivo valor justo, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício. A Companhia e suas controladas possuem os seguintes principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- Caixa e equivalentes de caixa (nota 6);
- Aplicações financeiras (nota 6);

a.2) Mensurados pelo custo amortizado

A Companhia e suas controladas mensuram os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: (i) o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros, com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. O principal ativo financeiro que a Companhia e suas controladas possui e mantém classificado nesta categoria é o contas a receber de clientes (nota 7).

b) Passivos financeiros

b.1) Mensurados pelo custo amortizado

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas compreendem:

- Fornecedores (nota 12);
- Empréstimos e financiamentos (nota 13);
- Debêntures privadas (nota 13);
- Contas a pagar – CCEE (nota 15);
- Adiantamentos de clientes;
- Transações com partes relacionadas (nota 23); e
- Outras contas a pagar (nota 16).

b.2) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2025 e de 2024.

2.4 Pronunciamentos novos ou alterados

Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras - IFRS 18

Em 09 de abril de 2024, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (*IASB*) anunciou a nova norma, IFRS 18 - Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores uma base melhor para analisar e comparar as empresas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

A Companhia optou por não adotar, antecipadamente, o referido pronunciamento contábil.

Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - IFRS 19

Em 09 de maio de 2024, o *IASB* emitiu a IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações emitidas (*Subsidiaries Without Public Accountability: Disclosures*). As divulgações permitem que as subsidiárias elegíveis utilizem as Normas contábeis IFRS com divulgações reduzidas (sem alterar aspectos de reconhecimento, mensuração e apresentação existentes nas IFRS completas).

O IFRS 19 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. No entanto, as empresas poderão adotá-lo antecipadamente, desde que haja autorização dos reguladores competentes.

A Companhia está avaliando a aplicabilidade e a elegibilidade das divulgações anuais em suas controladas.

Informações financeiras relacionadas a sustentabilidade

Conforme publicação da Resolução 193, em 20 de outubro de 2023, a CVM prevê a divulgação de relatório de informações financeiras relacionadas a sustentabilidade com base no padrão Internacional ISSB - IFRS S1 e S2

Pronunciamentos

Principais aspectos

IFRS S1

Quaisquer informações que possam razoavelmente afetar, no curto, médio ou longo prazos: i. Fluxos de caixa prospectivos; ii. Acesso a financiamento; iii. Custo de capital; iv. Investimentos ou desinvestimentos

IFRS S2

Devem ser divulgadas informações materiais (qualitativas + quantitativas) relacionadas a riscos e oportunidades climáticos, que atendam à necessidade de informação dos investidores i. Riscos Físicos e ii. Riscos de Transição

A resolução CVM 193/23 com alterações introduzidas pela resolução CVM 210/24 estabelece a adoção voluntária destes relatórios, para os exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Administração da Companhia realizou análise preliminar sobre essas normas e está coordenando uma avaliação interna sobre os seus impactos, bem como as adequações necessárias em seus processos visando a adoção e divulgação dos novos pronunciamentos. A obrigatoriedade da divulgação nos relatórios de sustentabilidade, está prevista para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2026, sendo obrigatória a divulgação em até 3 meses após o encerramento do exercício social.

Reforma Tributária Brasileira

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, que regulamenta a reforma tributária brasileira sobre o consumo. A reforma trouxe mudanças significativas no sistema tributário nacional, com o objetivo de simplificar a arrecadação, reduzir a burocracia e promover maior justiça fiscal. Entre as principais mudanças, destaca-se a criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) e o IBS (Imposto sobre Bens e Serviços), modelo de IVA dual que substituirá os atuais tributos PIS, COFINS, IPI, ICMS e ISS.

A transição para o novo sistema começará em 2026, de forma escalonada, com implementação integral em 2033.

3. Das autorizações vigentes

3.1 Mercado regulado (ACR)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	109	19/03/2014	35 anos	23,70 MW
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	123	24/03/2014	35 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	111	19/03/2014	35 anos	8,10 MW
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	115	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	113	19/03/2014	35 anos	9,00 MW
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	116	19/03/2014	35 anos	21,00 MW
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	114	19/03/2014	35 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	110	19/03/2014	35 anos	15,00 MW
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	132	28/03/2014	35 anos	23,40 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 08/2014	241	01/06/2015	35 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda. (EOL Quina)	LER 08/2014	242	01/06/2015	35 anos	10,80 MW
Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. (EOL Pau Santo) ⁽ⁱ⁾	LER 08/2014	285	25/06/2015	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

(i) Em 15 de junho de 2022, a ANEEL publicou a Resolução Autorizativa nº 12.030/2022, que transfere de Centrais Eólicas Itapuã VII para Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. a autorização referente à Central Geradora Eólica Pau Santo. A referida autorização vigorará pelo prazo remanescente a que alude o art. 5º da Portaria nº 285, de 2015, sub-rogando-se à Centrais Eólicas Unha D'anta S.A. todos os direitos e obrigações que dela decorrem.

3.2 Mercado Livre (ACL)

	Ref. Contrato	Resolução ANEEL	Data da resolução	Prazo da autorização	Capacidade de produção instalada*
EÓLICO					
Centrais Eólicas Amescla S.A.	ACL (Mercado Livre)	5099	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Angelim S.A.	ACL (Mercado Livre)	5092	26/03/2015	30 anos	21,60 MW
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	ACL (Mercado Livre)	5093	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Facheio S.A.	ACL (Mercado Livre)	5098	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.	ACL (Mercado Livre)	5085	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Jataí S.A.	ACL (Mercado Livre)	5081	26/03/2015	30 anos	16,20 MW
Centrais Eólicas Juazeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5088	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Sabiu S.A.	ACL (Mercado Livre)	5084	26/03/2015	30 anos	13,50 MW
Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5091	26/03/2015	30 anos	18,90 MW
Centrais Eólicas Vellozia S.A.	ACL (Mercado Livre)	5087	26/03/2015	30 anos	16,50 MW
Centrais Eólicas Cedro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5496	01/10/2015	30 anos	12,00 MW
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	ACL (Mercado Livre)	5125	01/04/2015	30 anos	13,80 MW
Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.	ACL (Mercado Livre)	5126	01/04/2015	30 anos	18,00 MW
Centrais Eólicas São Salvador S.A.	ACL (Mercado Livre)	162	22/05/2013	35 anos	18,90 MW

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

4. Comercialização de energia

4.1 Mercado regulado (ACR)

Companhias do Grupo	Ref. Contrato	Compradora	VALORES				PRAZO			
			Valor original do Contrato	Energia anual contratada (MWh)	Preço histórico MWh (R\$)	Preço atualizado MWh (R\$)	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
GERAÇÃO DE ENERGIA EÓLICA										
Centrais Eólicas Abil S.A.	LER 05/2013	CCEE	202.880	96.360	105,20	196,69	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Acácia S.A.	LER 05/2013	CCEE	137.544	60.444	113,70	212,59	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Angico S.A.	LER 05/2013	CCEE	76.101	34.164	111,30	208,10	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	LER 05/2013	CCEE	176.183	84.972	103,60	193,70	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	LER 05/2013	CCEE	82.350	39.420	104,38	195,16	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	LER 05/2013	CCEE	173.200	83.220	103,99	194,43	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Taboquinha S.A.	LER 05/2013	CCEE	187.680	88.476	105,99	198,17	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Tabua S.A.	LER 05/2013	CCEE	135.964	64.824	104,80	195,95	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	LER 05/2013	CCEE	198.004	93.732	105,55	197,35	set-15	ago-35	IPCA	setembro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Mulungu)	LER 10/2014	CCEE	158.288	56.940	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Itapua VII Ltda. (EOL Quina)	LER 10/2014	CCEE	224.038	80.592	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A. (EOL Pau Santo)	LER 10/2014	CCEE	126.630	45.552	138,90	242,49	out-17	set-37	IPCA	outubro

4.2 Mercado livre (ACL)

A Companhia possui contratos no mercado livre de longo prazo, com fornecimento de energia que totaliza 99,8 MW médios (*) de energia contratada.

Com a entrada em operação comercial dos empreendimentos destinados ao Ambiente de Contratação Livre, as obrigações previstas no contrato de venda de energia foram reestabelecidas.

(*) informação não examinada pelos auditores independentes.

5. Segmentos operacionais

A Companhia apresenta quatro segmentos reportáveis que representam suas unidades de negócios estratégicos além da execução das suas atividades administrativas. Tais unidades de negócios estratégicos oferecem diferentes fontes de energia renovável e são administradas separadamente, pois exigem diferentes tecnologias, desenvolvimentos e características operacionais.

A seguir apresentamos um resumo das operações em cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

- a) Eólico – Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes eólicas. Inclui a medição de ventos, arrendamento de terras, implantação e geração de energia. Composto basicamente pelo Complexo Eólico Alto Sertão III.
- b) Solar - Este segmento é responsável pelo desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes solares.
- c) Comercialização – Este segmento é responsável pela comercialização de energia em todas as suas formas e gestão dos contratos de compra e venda de energia da Companhia.
- d) Administrativo – Este segmento é responsável pelas operações gerenciais, desenvolvimento de projetos e administrativas da Companhia.

As informações por segmento em 30 de setembro de 2025 e 2024 para o resultado e para ativos e passivos totais consolidados estão apresentadas a seguir:

30/09/2025						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	202.944	-	368.934	-	(193.978)	377.900
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	(19.266)	-	-	(19.266)
Custos não gerenciáveis	(17.619)	-	(170)	-	-	(17.789)
Margem Bruta	185.325	-	349.498	-	(193.978)	340.845
Custos gerenciáveis	(130.346)	(483)	(404.174)	94.123	193.978	(246.902)
Depreciações e amortizações	(75.212)	-	-	(2.599)	-	(77.811)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	658	-	658
Receita financeira	6.420	2	1.770	1.276	-	9.468
Despesa financeira	(92.075)	(1.262)	(2.252)	(33.599)	(811)	(129.999)
Imposto de renda e contribuição social	(5.153)	-	6.551	-	-	1.398
Lucro líquido (prejuízo) do período	(111.041)	(1.743)	(48.607)	59.859	(811)	(102.343)

30/09/2025						
Ativos totais	2.324.587	37.805	388.232	201.024	26.622	2.978.270
Passivos totais	914.639	39.548	436.841	268.532	68.615	1.728.175

30/09/2024						
	Eólico	Solar	Comercialização	Administrativo	Eliminação	Consolidado
Receita líquida	50.890	-	189.798	-	(72.803)	167.885
Compromissos futuros marcação a mercado	-	-	4.917	-	-	4.917
Custos não gerenciáveis	(17.276)	-	(92)	-	-	(17.368)
Margem Bruta	33.614	-	194.623	-	(72.803)	155.434
Custos gerenciáveis	(145.202)	(178)	(23.846)	(10.588)	72.803	(107.011)
Depreciação	(72.161)	-	-	(2.832)	-	(74.993)
Ganho na alienação de ativos	-	-	-	90.801	-	90.801
Receita financeira	4.024	5	465	229	-	4.723
Despesa financeira	(86.083)	(108)	(1.651)	(20.085)	(764)	(108.691)
Imposto de renda e contribuição social	(6.445)	-	(3.238)	-	-	(9.683)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(272.253)	(281)	35.630	46.065	(764)	(49.420)

30/09/2024						
Ativos totais	2.551.064	30.861	355.460	133.268	7.555	3.078.208
Passivos totais	1.555.589	4.285	304.142	297.300	33.292	2.194.608

6. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras restritas

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Caixa	26	19	73	72
Bancos conta movimento	32	203	932	663
Aplicações financeiras de liquidez imediata	22	15.989	24.708	143.480
Aplicações financeiras restritas	11.704	22	35.877	5.168
Total	11.784	16.233	61.590	149.383

Apresentados como:

CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	80	16.211	25.713	144.216
Aplicações financeiras	11.704	-	35.877	5.145
NÃO CIRCULANTE				
Aplicações financeiras	-	22	-	22
TOTAL	11.784	16.233	61.590	149.383

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a menor risco de mudança de valor classificadas como equivalentes de caixa. Esses investimentos financeiros referem-se a instrumentos de renda fixa, remunerados a taxa média de 100,24% do CDI.

Os principais valores em aplicações financeiras restritas somam R\$ 10.959 na controladora como garantia CUST de São Salvador, e R\$ 23.869 no consolidado para assegurar contratos de aluguel de equipamentos dos projetos em desenvolvimento. Essas garantias reforçam a solidez financeira da Companhia e asseguram a continuidade dos investimentos estratégicos, garantindo condições favoráveis para a execução dos projetos e geração futura de valor.

7. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Comercialização Mercado livre	45.838	21.153
CCEE	28.997	27.645
Total	74.835	48.798

Os saldos em 30 de setembro de 2025 são compostos substancialmente por valores a vencer, com prazo médio de recebimento de 30 dias, para as quais não são esperadas perdas na sua realização.

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRRF a compensar	434	543	1.109	857
IRPJ Estimativa a Compensar	3	-	69	69
Saldo negativo de IRPJ a compensar	133	198	736	1.901
CSLL Estimativa a Compensar	2	-	27	27
COFINS a recuperar	-	-	20.782	3.924
PIS a recuperar	-	-	3.105	866
ICMS a recuperar	-	-	5.612	4.786
Outros tributos a compensar	135	99	144	149
Total	707	840	31.584	12.579

Em 30 de setembro de 2025, o saldo de IRRF a compensar, decorre principalmente dos valores retidos sobre rendimentos de aplicações financeiras auferidos pelas companhias do Grupo Renova. Os saldos de PIS, COFINS e ICMS a Recuperar decorrem das operações de compra de energia e equipamentos para revenda realizadas pelas controladas Renova Comercializadora e Diamantina Eólica, respectivamente. Adicionalmente, parte dos saldos está relacionada à mudança de regime tributário de determinadas SPE's, que passaram do Lucro Presumido para o Lucro Real, impactando a apuração dos tributos federais. Os montantes correspondentes a saldo negativo de IRPJ, IRRF a compensar, e outros tributos a compensar serão compensados com débitos de tributos federais ao longo de 2026, o aumento dos créditos em relação ao período anterior se deve ao acréscimo nas compras realizadas neste período.

9. Investimentos

9.1 Composição dos investimentos

O quadro abaixo apresenta os investimentos em controladas, investidas e em controladas em conjunto:

Empresas	Controladora	
	30/09/2025	31/12/2024
PCH		
Renova PCH LTDA.	-	(4)
Eólico		
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.113.001	844.480
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	2.356
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱ⁾	-	922
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.304)
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.174)
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱ⁾	-	7.402
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	-	796
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱ⁾	-	237
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱ⁾	-	159
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.701)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(3.401)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱ⁾	-	4.402
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(4.384)
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱ⁾	-	5.705
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱ⁾	-	5.308
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(2.143)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱ⁾	-	596
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱ⁾	-	10
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱ⁾	-	(1.164)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱ⁾	-	128
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱ⁾	-	644
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	37.246	31.847
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	60.920	93.898
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	205	179
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	13.933
Outras participações ⁽ⁱⁱ⁾	2.930	2.757
Comercialização		
Renova Comercializadora de Energia S.A.	45.254	14.410
Total	1.273.489	1.008.894
Apresentados como:		
Ativo		
Investimento	1.273.489	1.029.986
Passivo		
Provisão para perda sobre investimento	-	(21.092)
Total	1.273.489	1.008.894

(i) Empresas Incorporados nota 1.1.5

O saldo do investimento está sendo apresentado líquido da provisão para passivo a descoberto de certas investidas no montante de R\$21.092, em 31 de dezembro de 2024.



9.2 Informações sobre investidas

As principais informações sobre as controladas estão apresentadas abaixo:

Companhia	30/09/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	39.980.170	100	400	-	3	37.540.023	99,99	374	(4)	(4)
Eólico										
Alto Sertão Participações S.A. (Holding) ⁽ⁱⁱⁱ⁾	897.092.000	99,99	897.092	1.113.001	(125.074)	2.529.525.528	99,99	2.178.575	844.480	(166.364)
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	-	99,99	-	-	1.533	20.231.307	99,99	20.231	2.356	(34)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	-	99,99	-	-	197	9.982.985	99,99	9.983	922	221
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	-	99,99	-	-	1.741	17.702.074	99,99	17.702	(3.304)	(76)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	-	99,99	-	-	244	24.131.998	99,99	24.132	(3.174)	(241)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	-	99,99	-	-	1.608	25.966.848	99,99	25.967	7.402	(52)
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	-	99,99	-	-	312	8.835.276	99,99	8.835	796	(74)
Centrais Eólicas Tingui S.A.	-	99,99	-	-	1.454	22.091.777	99,99	22.092	237	(60)
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	-	99,99	-	-	237	6.136.102	99,99	6.136	159	(113)
Centrais Eólicas Macambira S.A.	-	99,99	-	-	1.643	18.058.590	99,99	18.059	(3.701)	(149)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	-	99,99	-	-	1.803	16.927.495	99,99	16.927	(3.401)	(103)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	-	99,99	-	-	1.173	19.150.067	99,99	19.150	4.402	20
Centrais Eólicas Putumaju S.A.	-	99,99	-	-	(2.303)	12.704.141	99,99	12.704	(4.384)	(141)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	-	99,99	-	-	3.418	20.674.275	99,99	20.674	5.705	(60)
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	-	99,99	-	-	3.317	21.292.462	99,99	21.292	5.308	20
Centrais Eólicas Ico S.A.	-	99,99	-	-	482	13.672.434	99,99	13.672	(2.143)	(74)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	-	99,99	-	-	(2.481)	10.141.796	99,99	10.142	596	(110)

Informações

Trimestrais

Companhia	30/09/2025					31/12/2024				
	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no período	Quantidade total de ações/quotas	Participação (%)	Capital social	Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	Lucro líquido (prejuízo) no exercício
PCH										
Renova PCH LTDA.	39.980.170	99,99	400	-	3	37.540.023	100	374	(4)	(4)
Eólico										
Centrais Eólicas Calianra S.A.	-	99,99	-	-	442	7.702.113	99,99	7.702	10	(38)
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	-	99,99	-	-	(747)	4.954.631	99,99	4.955	(1.164)	(37)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	-	99,99	-	-	48	2.975.552	99,99	2.976	128	(121)
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	-	99,99	-	-	129	3.996.006	99,99	3.996	644	32
Centrais Elétricas Itaparica S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	41.179.368	99,99	41.179	37.246	(1.811)	55.967.945	99,99	28.745	31.847	(474)
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	7.128.509.207	99,99	60.947	60.920	(27)	12.731.271.885	99,99	81.285	93.898	6.405
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	251.092.591	99,99	251.093	205	(238)	245.313.150	99,99	245.313	179	(70)
Renovapar S.A.	235.682	100,00	236	-	(1)	235.681	100,00	236	-	-
SF 120 Participações Societárias S.A.	15.429.091	99,99	15.429	13.933	(2)	12.937.880	99,99	12.938	13.933	(1)
Outras participações ⁽ⁱⁱⁱ⁾	-	-	2.844	2.923	189	-	-	-	2.757	(31)
Comercialização										
Renova Comercializadora de Energia S.A.	746.585.448	100,00	746.585	45.254	(48.609)	528.874.109	100,00	528.874	14.410	(29.828)
Fotovoltaica										
UFV Maracujá Ltda.	26.375	99,00	26	1	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Gregal Ltda.	38.899	99,00	39	1	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Lagoa Ltda.	100	99,00	-	1	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Tambora Ltda.	7.801	99,00	8	-	(4)	100	99,00	-	-	-
UFV Vatra Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Cachoeira Ltda.	449	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Fotiá Ltda.	25.150	99,00	25	-	(14)	100	99,00	-	-	-
UFV Morrinhos Ltda.	13.056	99,00	13	1	(4)	100	99,00	-	-	-
UFV Iracema Ltda.	2.658	99,00	3	2	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Azufre Ltda.	1.924	99,00	2	1	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Junco Ltda.	360	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Caraubas Ltda.	100	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
UFV Quixaba Ltda.	360	99,00	-	-	(1)	100	99,00	-	-	-
				<u>1.273.489</u>	<u>(161.391)</u>				<u>1.008.894</u>	<u>(191.558)</u>

9.3 Movimentação dos investimentos (controladora)

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Distribuição / Recebimento de dividendos	Incorporação	Redução de capital	30/09/2025
PCH									
Renova PCH LTDA.	(4)	1	-	3	-	-	-	-	-
Eólico									
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	844.480	480.234	-	(125.074)	(17.534)	-	-	(69.105)	1.113.001
Centrais Eólicas Carrancudo S.A. ⁽ⁱ⁾	2.356	2.384	-	1.533	-	-	(6.273)	-	-
Centrais Eólicas Botuquara S.A. ⁽ⁱ⁾	922	-	-	197	-	-	(1.119)	-	-
Centrais Eólicas Alcacuz S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.304)	6.991	-	1.741	-	-	(5.428)	-	-
Centrais Eólicas Tamboril S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.174)	7.921	4	244	-	-	(4.995)	-	-
Centrais Eólicas Conquista S.A. ⁽ⁱ⁾	7.402	-	-	1.608	-	-	(9.010)	-	-
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A. ⁽ⁱ⁾	796	-	-	312	-	-	(1.108)	-	-
Centrais Eólicas Tingui S.A. ⁽ⁱ⁾	237	4.640	-	1.454	-	-	(6.331)	-	-
Centrais Eólicas Cansanção S.A. ⁽ⁱ⁾	159	-	-	237	-	-	(396)	-	-
Centrais Eólicas Macambira S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.701)	6.953	-	1.643	-	-	(4.895)	-	-
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A. ⁽ⁱ⁾	(3.401)	6.612	1	1.803	-	-	(5.015)	-	-
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A. ⁽ⁱ⁾	4.402	30	-	1.173	-	-	(5.605)	-	-
Centrais Eólicas Putumaju S.A. ⁽ⁱ⁾	(4.384)	6.222	-	(2.303)	-	-	465	-	-
Centrais Eólicas Lençóis S.A. ⁽ⁱ⁾	5.705	-	-	3.418	-	-	(9.123)	-	-
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A. ⁽ⁱ⁾	5.308	-	-	3.317	-	-	(8.625)	-	-
Centrais Eólicas Ico S.A. ⁽ⁱ⁾	(2.143)	5.427	-	482	-	-	(3.766)	-	-

Informações

Trimestrais

Distribuição /
Recebimento
de
dividendos

Companhia	31/12/2024	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Resgate de ações	Distribuição / Recebimento de dividendos	Incorporação	Redução de capital	30/09/2025
Eólico									
Centrais Eólicas Jequitiba S.A. ⁽ⁱ⁾	596	3.125	509	(2.481)	-	-	(1.749)	-	-
Centrais Eólicas Caliandra S.A. ⁽ⁱ⁾	10	2.075	-	442	-	-	(2.527)	-	-
Centrais Eólicas Canjoão S.A. ⁽ⁱ⁾	(1.164)	1.862	863	(747)	-	-	(814)	-	-
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A. ⁽ⁱ⁾	128	-	-	48	-	-	(176)	-	-
Centrais Eólicas Embiruçu S.A. ⁽ⁱ⁾	644	-	1	129	-	-	(774)	-	-
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	31.847	1.784	5.426	(1.811)	-	-	-	-	37.246
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	93.898	-	-	(27)	(10.000)	(12.613)	-	(10.338)	60.920
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	179	-	264	(238)	-	-	-	-	205
SF 120 Participações Societárias S.A.	13.933	1	-	(1)	-	-	-	-	13.933
Outras participações	2.757	-	66	107	-	-	-	-	2.930
Comercialização									
Renova Comercializadora de Energia S.A. (iv)	14.410	79.444	-	(48.600)	-	-	-	-	45.254
Total	1.008.894	615.705	7.135	(161.391)	(27.534)	(12.613)	(77.264)	(79.443)	1.273.489

(i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

(ii) Demais empresas listadas na nota 1

(iii) Redução do capital excedente para absorção dos prejuízos acumulados.

(iv) Aumento de capital com extinção de mútuos entre partes relacionadas

Informações

Trimestrais



Companhia	31/12/2023	Adições	AFAC	Equivalência patrimonial	Redução de Capital	Resgate de ações	Recebimento de dividendos	30/09/2024
Eólico								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	1.018.984	-	-	(114.929)	-	-	-	904.055
Centrais Eólicas Carrancudo S.A.	2.390	-	-	(32)	-	(8.640)	-	(6.282)
Centrais Eólicas Botuquara S.A.	701	-	-	225	-	-	-	926
Centrais Eólicas Alcacuz S.A.	(3.228)	-	-	(57)	-	-	-	(3.285)
Centrais Eólicas Tamboril S.A.	(2.936)	-	3	(216)	-	-	-	(3.149)
Centrais Eólicas Conquista S.A.	7.454	-	-	(58)	-	-	-	7.396
Centrais Eólicas Coxilha Alta S.A.	870	-	-	(64)	-	-	-	806
Centrais Eólicas Tingui S.A.	297	-	-	(47)	-	-	-	250
Centrais Eólicas Cansanção S.A.	272	-	-	(104)	-	-	-	168
Centrais Eólicas Macambira S.A.	(3.552)	-	-	(129)	-	-	-	(3.681)
Centrais Eólicas Imburana de Cabão S.A.	(3.364)	-	66	(74)	-	-	-	(3.372)
Centrais Eólicas Ipê Amarelo S.A.	4.382	-	-	13	-	-	-	4.395
Centrais Eólicas Putumuju S.A.	(4.243)	-	-	(108)	-	-	-	(4.351)
Centrais Eólicas Lençóis S.A.	5.765	-	-	(62)	-	-	-	5.703
Centrais Eólicas Anísio Teixeira S.A.	5.288	-	-	19	-	-	-	5.307
Centrais Eólicas Ico S.A.	(2.069)	-	-	(57)	-	-	-	(2.126)
Centrais Eólicas Jequitiba S.A.	(1.446)	-	2.153	(100)	-	-	-	607
Centrais Eólicas Caliandra S.A.	48	-	-	(32)	-	-	-	16
Centrais Eólicas Canjoão S.A.	(1.127)	-	-	(31)	-	-	-	(1.158)
Centrais Eólicas Cabeça de Frade S.A.	249	-	-	(119)	-	-	-	130
Centrais Eólicas Embiruçu S.A.	612	-	-	33	-	-	-	645
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	25.137	-	1.824	(253)	-	-	-	26.708
Centrais Eólicas Itapuã VII LTDA.	100.853	-	-	2.446	(9.000)	-	(4.360)	89.939
Centrais Eólicas Bela Vista XIV S.A.	(3.701)	5.230	(1.441)	(258)	-	-	-	(170)
SF 120 Participações Societárias S.A.	11.469	2.490	(25)	(1)	-	-	-	13.933
Outras participações	(26)	-	57	(24)	-	-	-	7
Comercialização								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	44.238	-	-	7.074	-	-	-	51.312
Total	1.203.317	7.720	2.637	(106.945)	(9.000)	(8.640)	(4.360)	1.084.729

10. Imobilizado

10.1. Controladora

		30/09/2025			31/12/2024			
		Taxas anuais de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Torres de medição	20%	22.692	(22.692)	-	22.692	(22.692)	-	
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.740)	-	3.740	(3.729)	11	
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.459)	65	2.524	(2.436)	88	
		28.956	(28.891)	65	28.956	(28.857)	99	
Administração								
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.313)	43	5.356	(5.297)	59	
Benfeitorias	4%	854	(308)	546	854	(282)	572	
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6	
Softwares	20%	3.737	(3.585)	152	3.737	(3.531)	206	
Equipamento de informática	20%	4.461	(4.131)	330	4.446	(4.033)	413	
		14.713	(13.636)	1.077	14.698	(13.442)	1.256	
Total do imobilizado em serviço			43.669	(42.527)	1.142	43.654	(42.299)	1.355
Imobilizado em curso								
Geração								
Projetos em andamento		112.221	-	112.221	111.481	-	111.481	
Estudos e projetos		1.062	-	1.062	1.062	-	1.062	
Torres de medição		1.128	-	1.128	1.180	-	1.180	
Máquinas e equipamentos		7.584	-	7.584	-	-	-	
Equipamentos de subestação		18.083	-	18.083	-	-	-	
Edificações, obras civis e benfeitorias		32.244	-	32.244	-	-	-	
Terrenos		60.515	-	60.515	50	-	50	
Adiantamentos a fornecedores		3.702	-	3.702	559	-	559	
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(60.826)	-	(60.826)	(4.669)	-	(4.669)	
Total do imobilizado em curso			175.713	-	175.713	109.663	-	109.663
Direito de uso								
Geração								
Contratos de arrendamento		35.577	(27.727)	7.850	30.751	(25.333)	5.418	
Transferência para ativos mantidos para venda								
Total do imobilizado em curso			35.577	(27.727)	7.850	30.751	(25.333)	5.418
Total imobilizado			254.959	(70.254)	184.705	184.068	(67.632)	116.436

10.2. Movimentações do imobilizado (controladora)

	31/12/2024	Adições	Reclassificações entre rubricas	Baixa	Adição por incorporação (i)	30/09/2025
Imobilizado em serviço						
Geração						
Torres de medição	22.692	-	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	-	2.524
	<u>28.956</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.956</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.446	13	-	-	-	4.459
	<u>14.698</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>14.711</u>
Total do imobilizado em serviço - custo	<u>43.654</u>	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>43.667</u>
(-) Depreciação						
Geração						
Torres de medição	(22.692)	-	-	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.729)	-	-	-	-	(3.729)
Equipamentos de torres	(2.436)	-	-	-	-	(2.436)
	<u>(28.857)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(28.857)</u>
Administração						
Máquinas e equipamentos	(5.297)	(29)	-	-	-	(5.326)
Benfeitorias	(282)	(26)	-	-	-	(308)
Móveis e utensílios	(299)	(18)	-	-	-	(317)
Softwares	(3.531)	(54)	-	-	-	(3.585)
Equipamento de informática	(4.033)	(99)	-	-	-	(4.132)
	<u>(13.442)</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(13.668)</u>
Total do imobilizado em serviço - depreciação	<u>(42.299)</u>	<u>(226)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(42.525)</u>
Total do imobilizado em serviço	<u>1.355</u>	<u>(213)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.142</u>
Imobilizado em curso						
Geração						
Projetos em andamento	111.481	8.97	(53.847)	(1.120)	46.910	112.221
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	-	1.062
Torres de medições	1.180	1	(1.179)	-	1.126	1.128
Máquinas e equipamentos	-	-	-	-	7.584	7.584
Equipamentos de subestação	-	850	1.179	-	16.054	18.083
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	28	-	-	32.216	32.244
Terrenos	50	3.596	53.847	-	3.022	60.515
Adiantamentos a fornecedores	559	3.161	-	(18)	-	3.702
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	<u>(4.669)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(56.157)</u>	<u>(60.826)</u>
Total do custo do imobilizado em curso	<u>109.663</u>	<u>16.433</u>	<u>-</u>	<u>(1.138)</u>	<u>50.755</u>	<u>175.713</u>
Direito de uso						
Geração						
Contratos de arrendamento	30.751	4.993	-	(167)	-	35.577
(-) Amortização contratos de arrendamento	<u>(25.333)</u>	<u>(2.373)</u>	<u>-</u>	<u>(21)</u>	<u>-</u>	<u>(27.727)</u>
	<u>5.418</u>	<u>2.620</u>	<u>-</u>	<u>(188)</u>	<u>-</u>	<u>7.850</u>
Total do imobilizado	<u>116.436</u>	<u>18.757</u>	<u>-</u>	<u>(1.326)</u>	<u>50.838</u>	<u>184.705</u>

i) Empresas Incorporadas nota 1.1.5

Informações

Trimestrais



	31/12/2023	Adições	Transferência de ativos mantidos para venda	Baixa	30/09/2024
Imobilizado em serviço					
Geração					
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
	28.956	-	-	-	28.956
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	12	-	(1.854)	305
Softwares	3.678	51	-	-	3.729
Equipamento de informática	4.297	73	-	-	4.370
	16.332	136	-	(1.854)	14.614
Total do imobilizado em serviço - custo	45.288	136	-	(1.854)	43.570
(-) Depreciação					
Geração					
Torres de medição	(22.691)	(1)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(24)	-	-	(3.721)
Equipamentos de torres	(2.406)	(23)	-	-	(2.429)
	(28.794)	(48)	-	-	(28.842)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(125)	-	-	(5.258)
Benfeitorias	(248)	(26)	-	-	(274)
Móveis e utensílios	(2.057)	(19)	-	1.777	(299)
Softwares	(3.459)	(54)	-	-	(3.513)
Equipamento de informática	(3.877)	(121)	-	-	(3.998)
	(14.774)	(345)	-	1.777	(13.342)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(43.568)	(393)	-	1.777	(42.184)
Total do imobilizado em serviço	1.720	(257)	-	(77)	1.386
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	113.309	8.672	-	(15.591)	106.390
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Torres de medições	386	396	-	-	782
Terrenos	50	-	-	-	50
Adiantamentos a fornecedores	575	(452)	-	-	123
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(4.669)	-	-	-	(4.669)
Total do custo do imobilizado em curso	110.713	8.616	-	(15.591)	103.738
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	26.691	2.911	262	297	30.161
(-) Amortização contratos de arrendamento	(21.776)	(2.477)	-	(297)	(24.550)
	4.915	434	262	-	5.611
Total do imobilizado	117.348	8.793	262	(1.668)	110.735

10.3. Consolidado

		30/09/2025			31/12/2024		
	Taxas anuais de depreciação %						
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço							
Geração							
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	175	(12)	163	-	-	-
Máquinas e equipamentos	5%	2.197.950	(263.906)	1.934.044	2.173.782	(197.968)	1.975.814
Móveis e utensílios	10%	908	(54)	854	-	-	-
Equipamento de informática	17%	19	(3)	16	-	-	-
Torres de medição	20%	25.215	(22.769)	2.446	25.137	(24.138)	999
Equipamentos de medição	20%	3.740	(3.740)	-	3.740	(3.729)	11
Equipamentos de torres	20%	2.524	(2.459)	65	2.524	(2.436)	88
Provisão para Desmantelamento		22.242	(2.889)	19.353	22.242	(2.203)	20.039
		2.252.773	(295.832)	1.956.941	2.227.425	(230.474)	1.996.951
Sistema de transmissão e conexão							
Terrenos		4.362	-	4.362	4.362	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	21.418	(12.711)	8.707	21.418	(12.211)	9.207
Máquinas e equipamentos	4%	551.403	(38.600)	512.803	551.403	(26.266)	525.137
Móveis e utensílios	6%	144	(19)	125	1.054	(19)	1.035
		577.327	(51.330)	525.997	578.237	(38.496)	539.741
Sistema de transmissão							
Máquinas e equipamentos	3%	23.568	(1.677)	21.891	20.323	(1.311)	19.012
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(297.690)	-	(297.690)	(297.690)	-	(297.690)
Administração							
Máquinas e equipamentos	10%	5.356	(5.309)	47	5.356	(5.295)	61
Benfeitorias	4%	854	(308)	546	854	(282)	572
Móveis e utensílios	10%	305	(299)	6	305	(299)	6
Softwares	20%	3.737	(3.585)	152	3.737	(3.531)	206
Equipamento de informática	20%	4.461	(4.131)	330	4.465	(4.033)	432
		14.713	(13.632)	1.081	14.717	(13.440)	1.277
Estoques							
Almoxarifado geral		33.033	-	33.033	28.576	-	28.576
Total do imobilizado em serviço		2.603.724	(362.471)	2.241.253	2.571.588	(283.721)	2.287.867
Imobilizado em curso							
Geração							
Projetos em andamento		345.893	-	345.893	361.037	-	361.037
Estudos e projetos		1.110	-	1.110	1.062	-	1.062
Terrenos		64.384	-	64.384	3.208	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias		42.723	-	42.723	32.435	-	32.435
Torres de medição		1.319	-	1.319	2.583	-	2.583
Aerogeradores		24.083	-	24.083	44.861	-	44.861
Módulos e inversores		1.614	-	1.614	1.613	-	1.613
Equipamentos de subestação		24.907	-	24.907	25.839	-	25.839
Adiantamentos a fornecedores		2.658	-	2.658	1.024	-	1.024
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado		(240.297)	-	(240.297)	(240.297)	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso		268.394	-	268.394	233.365	-	233.365
Direito de uso							
Geração							
Contratos de arrendamento		58.487	(33.040)	25.447	52.123	(29.782)	22.341
Total direito de uso		58.487	(33.040)	25.447	52.123	(29.782)	22.341
Total imobilizado		2.930.605	(395.511)	2.535.094	2.857.076	(313.503)	2.543.573

10.4. Movimentações do imobilizado (consolidado)

	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽⁹⁾	30/09/2025
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	-	-	175	175
Máquinas e equipamentos	2.173.782	171	-	23.997	2.197.950
Móveis e utensílios	-	-	-	908	908
Equipamento de informática	-	-	-	19	19
Torres de medição	25.137	-	-	78	25.215
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	2.227.425	171	-	25.177	2.252.773
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	4.362	-	-	-	4.362
Edificações, obras civis e benfeitorias	21.418	-	-	-	21.418
Máquinas e equipamentos	551.403	-	-	-	551.403
Móveis e utensílios	1.054	-	-	(910)	144
	578.237	-	-	(910)	577.327
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	20.323	-	-	3.245	23.568
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.528.295	171	-	27.512	2.555.978
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	305	-	-	-	305
Softwares	3.737	-	-	-	3.737
Equipamento de informática	4.465	15	-	(19)	4.461
	14.717	15	-	(19)	14.713
Estoques					
Almoxarifado geral	28.576	5.133	(676)	-	33.033
Total do imobilizado em serviço - custo	2.571.588	5.319	(676)	27.493	2.603.724
(-) Depreciação					
Geração					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(7)	(5)	-	-	(12)
Máquinas e equipamentos	(197.955)	(64.482)	-	(1.469)	(263.906)
Móveis e utensílios	(5)	(49)	-	-	(54)
Equipamento de informática	(1)	(2)	-	-	(3)
Torres de medição	(24.138)	(3)	-	1.372	(22.769)
Equipamentos de medição	(3.729)	(11)	-	-	(3.740)
Equipamentos de torres	(2.436)	(23)	-	-	(2.459)
Provisão para Desmantelamento	(2.203)	(686)	-	-	(2.889)
	(230.474)	(65.261)	-	(97)	(295.832)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(12.211)	(501)	-	-	(12.712)
Máquinas e equipamentos	(26.266)	(12.334)	-	-	(38.600)
Móveis e utensílios	(19)	-	-	-	(19)
	(38.496)	(12.835)	-	-	(51.331)

Informações

Trimestrais



	31/12/2024	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	30/09/2025
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(1.311)	(366)	-	-	(1.677)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.295)	(14)	-	-	(5.309)
Benfeitorias	(282)	(26)	-	-	(308)
Móveis e utensílios	(299)	-	-	-	(299)
Softwares	(3.531)	(54)	-	-	(3.585)
Equipamento de informática	(4.033)	(97)	-	-	(4.130)
	(13.440)	(191)	-	-	(13.631)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(283.721)	(78.653)	-	(97)	(362.471)
Total do imobilizado em serviço	2.287.867	(73.334)	(676)	27.396	2.241.253
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	361.037	42.946	(1.090)	(56.999)	345.893
Estudos e projetos	1.062	48	-	-	1.110
Terrenos	3.208	4.093	-	57.083	64.384
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.435	10.511	(46)	(177)	42.723
Torres de medição	2.583	174	-	(1.438)	1.319
Máquinas e equipamentos	44.861	169	-	(20.947)	24.083
Módulos e inversores	1.613	1	-	-	1.614
Equipamentos de subestação	25.839	3.178	(120)	(3.991)	24.907
Adiantamentos a fornecedores	1.024	2.804	(238)	(932)	2.658
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	233.365	63.924	(1.494)	(27.401)	268.394
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	52.123	6.625	(270)	11	58.489
(-) Amortização contratos de arrendamento - custo	(1.289)	(533)	-	-	(1.822)
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(28.493)	(2.728)	-	1	(31.220)
Total direito de uso	22.341	3.364	(270)	12	25.447
Total do imobilizado	2.543.573	(6.046)	(2.440)	7	2.535.094

(i) refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no exercício.

Informações

Trimestrais



	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽ⁱ⁾	30/09/2024
Imobilizado em serviço					
Custo					
Geração					
Máquinas e equipamentos	1.612.787	-	-	-	1.612.787
Torres de medição	22.692	-	-	-	22.692
Equipamentos de medição	3.740	-	-	-	3.740
Equipamentos de torres	2.524	-	-	-	2.524
Provisão para Desmantelamento	22.242	-	-	-	22.242
	1.663.985	-	-	-	1.663.985
Sistema de transmissão e conexão					
Terrenos	10.086	-	-	-	10.086
Edificações, obras civis e benfeitorias	42.410	-	-	-	42.410
Máquinas e equipamentos	1.090.501	-	-	-	1.090.501
Móveis e utensílios	293	-	-	-	293
	1.143.290	-	-	-	1.143.290
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	14.967	-	-	-	14.967
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(297.690)	-	-	-	(297.690)
	2.524.552	-	-	-	2.524.552
Administração					
Máquinas e equipamentos	5.356	-	-	-	5.356
Benfeitorias	854	-	-	-	854
Móveis e utensílios	2.147	13	(1.855)	-	305
Softwares	3.678	60	-	-	3.738
Equipamento de informática	4.295	92	-	-	4.387
	16.330	165	(1.855)	-	14.640
Estoques					
Almoxarifado geral	25.628	-	(1.599)	-	24.029
Total do imobilizado em serviço - custo	2.566.510	165	(3.454)	-	2.563.221
(-) Depreciação					
Geração					
Máquinas e equipamentos	(91.019)	(47.416)	-	-	(138.435)
Torres de medição	(22.691)	(1)	-	-	(22.692)
Equipamentos de medição	(3.697)	(24)	-	-	(3.721)
Equipamentos de torres	(2.406)	(23)	-	-	(2.429)
Provisão para Desmantelamento	(1.317)	(662)	-	-	(1.979)
	(121.129)	(48.126)	-	-	(169.256)
Sistema de transmissão e conexão					
Edificações, obras civis e benfeitorias	(2.269)	(1.059)	-	-	(3.328)
Máquinas e equipamentos	(45.525)	(23.263)	-	(180)	(68.968)
Móveis e utensílios	(30)	(14)	-	-	(44)
	(47.824)	(24.336)	-	(180)	(72.340)

Informações

Trimestrais



	31/12/2023	Adições	Baixas	Reclassificações entre rubricas ⁽¹⁾	30/09/2024
Sistema de transmissão					
Máquinas e equipamentos	(580)	(311)	-	-	(891)
Administração					
Máquinas e equipamentos	(5.133)	(125)	-	-	(5.258)
Benfeitorias	(248)	(26)	-	-	(274)
Móveis e utensílios	(2.057)	(18)	1.776	-	(299)
Softwares	(3.459)	(54)	-	-	(3.513)
Equipamento de informática	(3.877)	(117)	-	-	(3.994)
	(14.774)	(340)	1.776	-	(13.338)
Total do imobilizado em serviço - depreciação	(184.307)	(73.113)	1.776	(180)	(255.825)
Total do imobilizado em serviço	2.382.203	(72.948)	(1.678)	(180)	2.307.396
Imobilizado em curso					
Geração					
Projetos em andamento	356.321	11.648	(15.591)	17	352.395
Estudos e projetos	1.062	-	-	-	1.062
Terrenos	3.208	-	-	-	3.208
Edificações, obras civis e benfeitorias	32.160	193	-	89	32.442
Torres de medição	1.608	417	-	-	2.025
Aerogeradores	38.535	6.802	(216)	(275)	44.846
Módulos e inversores	1.805	39	-	-	1.844
Equipamentos de subestação	23.844	2.364	-	(55)	26.153
Adiantamentos a fornecedores	323	(1.229)	-	-	(906)
Provisão para perda ao valor recuperável do imobilizado	(240.297)	-	-	-	(240.297)
Total do imobilizado em curso	218.569	20.234	(15.807)	(224)	222.772
Direito de uso					
Geração					
Contratos de arrendamento	45.814	3.976	262	1.003	51.055
(-) Amortização contratos de arrendamento - despesa	(24.585)	(3.187)	-	(1.003)	(28.775)
Total direito de uso	21.229	789	262	-	22.280
Total do imobilizado	2.622.001	(51.925)	(17.223)	(404)	2.552.449

Nota 1: refere-se principalmente ao efeito da conciliação de fornecedores no período.

10.5. Imobilizado em Serviço

A ANEEL, em conformidade com o marco regulatório brasileiro, é responsável por definir a vida útil econômica dos ativos de geração do setor elétrico, realizando revisões periódicas dessas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são reconhecidas como uma referência razoável da vida útil dos ativos. Dessa forma, tais taxas foram utilizadas como base para o cálculo da depreciação do ativo imobilizado.

10.6. Imobilização em curso

As imobilizações em curso registram os investimentos em portfólio de projetos eólicos em desenvolvimento e solares, divididos em inventários e projetos básicos que já possuem autorização da ANEEL.

10.7. Composição do imobilizado por projeto

Em 30 de setembro de 2025 o imobilizado é composto pelos seguintes projetos:

Projetos	30/09/2025		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	17.944	-	17.944
LER 2013	5.860	-	5.860
LER 2013	1.190	-	1.190
	24.994	-	24.994
Outros			
Solar	27.877	-	27.877
Outras imobilizações em curso ⁽ⁱⁱ⁾	276.348	(60.825)	215.523
Total do imobilizado em curso	329.219	(60.825)	268.394
Projetos	31/12/2024		
	Imobilizado bruto	Impairment	Imobilizado líquido
Alto Sertão III - Fase A			
ACL (Mercado Livre I)	12.626	-	12.626
LER 2013	3.498	-	3.498
	16.124	-	16.124
Alto Sertão III - Fase B ⁽ⁱ⁾			
ACL (Mercado livre II)	106.954	(56.156)	50.798
Outros			
Solar	22.753	-	22.753
Outras imobilizações em curso ⁽ⁱⁱ⁾	148.359	(4.669)	143.690
Total do imobilizado em curso	294.190	(60.825)	233.365

(i) Em 4 de junho de 2019 a ANEEL revogou as outorgas de autorização desses projetos eólicos, tendo a Administração da Companhia apresentado a Diretoria da ANEEL pedido de reconsideração da decisão de revogação das autorizações. O pedido foi negado e as outorgas canceladas. A Companhia entrou com nova solicitação visando à não execução das garantias de fiel cumprimento relativas ao projeto, essa solicitação foi finalizada em 11 de dezembro de 2023, conforme ofício nº 1159/2023-SCE/ANEEL. Face a isto, a Administração da Companhia entende ser desnecessária qualquer provisão complementar de *impairment* para esses ativos. (fase B incorporada nota 1.1.5)

(ii) Inclui principalmente gastos com licenças e estudos ambientais, contratos de arrendamento, medições de vento e outros relacionados ao desenvolvimento e manutenção do portfólio de projetos eólicos e solares, sem prazo de conclusão. A Administração entende que estes projetos são aptos a participar de leilões de energia.

10.8. Baixa de projetos

A Companhia revisa seu portfólio de desenvolvimento de projetos eólicos, projetos básicos e projetos fotovoltaicos periodicamente. Após revisão de seu portfólio, a Companhia concluiu que em 30 de setembro de 2025 não havia projetos a serem baixados, além dos montantes já baixados anteriormente.

10.9. Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado

A Companhia atualmente revisa as premissas utilizadas para calcular o valor recuperável de seu ativo utilizando o método do valor em uso dos ativos, calculou o valor presente dos fluxos de caixas futuros projetados dos projetos, considerando uma taxa de desconto nominal que reflete o custo de capital dos projetos (WACC), e a direção da Companhia entende que não há necessidade de reversão ou novas provisões.

Adicionalmente, a Companhia realiza a revisão completa dos testes de recuperabilidade anualmente, por ocasião da elaboração do relatório final do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil e nos pronunciamentos técnicos aplicáveis.

10.10. Bens dados como garantia

A controlada indireta Diamantina possui bens do ativo imobilizado dados em garantia a empréstimos e financiamentos no montante de R\$1.683.756, conforme Nota 13.

10.11. Desmantelamento

As provisões para desmantelamento de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

11. Direito de uso – Arrendamentos

Para o período findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas identificaram 1.364 contratos de arrendamento de terras aderentes aos critérios de reconhecimento e mensuração estabelecidos na norma CPC 06 (R2), sendo 142 relacionados a projetos eólicos em desenvolvimento e 1.217 aos parques eólicos em operação e ainda 5 contratos de aluguel de sedes administrativas.



Para esses contratos, a Companhia e suas controladas reconheceram o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, conforme segue:

30/09/2025			30/09/2025		
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	1.434	4.259
Direito de uso do ativo arrendado	35.577	58.487	(-) Ajuste a valor presente	(1.215)	(3.446)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(27.727)	(33.040)	Total do passivo circulante	219	813
	7.850	25.447			
			Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	18.840	67.929
			(-) Ajuste a valor presente	(8.137)	(40.725)
			Total do passivo não circulante	10.703	27.204
Ativo total	7.850	25.447	Passivo total	10.922	28.017

31/12/2024			31/12/2024		
	Controladora	Consolidado		Controladora	Consolidado
Ativo			Passivo		
Não circulante			Circulante		
Imobilizado			Arrendamentos a pagar	1.143	3.891
Direito de uso do ativo arrendado	30.751	52.123	(-) Ajuste a valor presente	(948)	(3.196)
(-) Direito de uso - contrato de arrendamento	(25.333)	(29.782)	Total do passivo circulante	195	695
	5.418	22.341			
			Não circulante		
			Arrendamentos a pagar	15.590	64.516
			(-) Ajuste a valor presente	(7.266)	(40.239)
			Total do passivo não circulante	8.324	24.277
Ativo total	5.418	22.341	Passivo total	8.519	24.972

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização, o que for menor, conforme o caso.

A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2), na mensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo CPC 06 (R2). Essa vedação pode gerar distorções relevantes na informação a ser prestada, dada a realidade atual das taxas de juros de longo prazo no ambiente econômico brasileiro. A Companhia avaliou esses efeitos, concluindo que são imateriais para suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Informações

Trimestrais



Adicionalmente, a Companhia e suas controladas reconheceram no resultado do exercício a amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Custo				
Amortização direito de uso	-	-	533	441
Despesa				
Amortização direito de uso	2.373	2.477	2.728	3.187
Resultado financeiro				
Juros sobre obrigação de arrendamento	1.268	1.124	2.612	2.342
Total	3.641	3.601	5.873	5.970

Em 30 de setembro de 2025, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Ano de vencimento	Consolidado	
	Juros	Principal
Circulante		
Set/2025 a ago/2026	3.446	4.259
Não circulante		
Set/2026 a ago/2027	7.592	11.678
Set/2027 a ago/2028	6.308	10.511
Set/2028 a ago/2029	5.999	9.936
Set/2029 a ago/2030	5.657	9.383
Set/2030 a ago/2034	4.311	7.362
Set/2034 a ago/2039	4.120	6.795
Set/2039 a ago/2044	3.449	6.444
Set/2044 a ago/2049	1.727	3.289
Set/2049 a ago/2054	1.558	2.518
Set/2054 a ago/2062	3	12
Total	44.171	72.188

12. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Fornecedores	9.503	18.764	79.027	55.743
Fornecedores recuperação judicial ⁽ⁱ⁾	61.434	17.562	123.699	270.041
	70.937	36.326	202.726	325.784
Apresentados como:				
Circulante	14.233	19.688	84.326	65.404
Não circulante	56.704	16.638	118.400	260.380
Total	70.937	36.326	202.726	325.784

(i) Reclassificação de R\$ 45.991 entre fornecedores e outras contas a pagar nota 16.

Em 30 de setembro de 2025 o saldo a pagar de fornecedores que compõem os credores do plano de recuperação judicial, conforme divulgado na nota 1.2, totaliza R\$61.433 (controladora) Classe III. No consolidado o total é R\$123.689, sendo Classe III.

Conforme fato relevante divulgado pela Companhia em 21 de outubro de 2024, a Companhia recebeu correspondência enviada pelo Credor (“Compromisso de Subscrição”), por meio do qual o Credor, (i) declarou que é titular de créditos contra a Companhia no montante de R\$58.182 (em 31 de dezembro de 2024, a ser atualizado nos termos dos Planos de Recuperação Judicial da Companhia) conforme explicado na nota explicativa 1.2.

Em continuidade ao fato relevante divulgados em 21 de outubro de 2024 a companhia, informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, o VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (Investidor) é titular de créditos contra a Renova, bem como é parte de instrumentos contratuais que, uma vez implementadas as condições suspensivas neles previstas, garantir-lhe-ão a titularidade de créditos adicionais contra a Companhia. Após devida consulta ao Investidor, o Investidor esclareceu que os créditos de sua titularidade, no montante de R\$58.182, decorrem da aquisição de crédito quirografário.

Em 28 de abril de 2025, os créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”), classe III fornecedores PRJ, foram capitalizados, conforme nota 18 c).

13. Empréstimos, financiamentos e debêntures privadas

13.1. Controladora

13.1.1. Empréstimos

		30/09/2025					
	<u>Custo da Dívida</u>	Circulante			Não circulante		<u>Total geral</u>
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
Citibank	100% CDI ^a	915	-	915	32.575	32.575	33.490
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(63)	(63)	(658)	(658)	(721)
Total de empréstimos		915	(63)	852	31.917	31.917	32.769

		31/12/2024					
	<u>Custo da Dívida</u>	Circulante			Não circulante		<u>Total geral</u>
		<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	
Citibank ^(13.5.b)	100% CDI ^a	752	-	752	32.590	32.590	33.342
Custo da Dívida ⁽ⁱ⁾		-	(64)	(64)	(709)	(709)	(773)
Total de empréstimos		752	(64)	688	31.881	31.881	32.569

(i) Em 30 de outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva.

a) as taxas foram repactuadas no plano de recuperação judicial.

13.1.2. Debêntures privadas

Em 28 de abril de 2025, foi aprovada a incorporação de 20 SPEs do Complexo Alto Sertão III – Fase B pela Companhia, com data-base de 30 de abril de 2025. A operação, baseada em laudos independentes, visa simplificar a estrutura societária e consolidar ativos. Como efeito, ocorreu a baixa das Debêntures Privadas na controladora, sem impacto no consolidado do Grupo conforme demonstrado na nota 1.1.5.

		Não circulante					
		30/09/2025			31/12/2024		
	<u>Custo da Dívida</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>	<u>Encargos</u>	<u>Principal</u>	<u>Total</u>
Debêntures privadas	TR + 0,5% a.a.	-	-	-	1.527	52.229	53.756

Para reforçar o capital de giro da Companhia e finalizar as obras do Complexo Eólico Alto Sertão III – Fase A., foram realizadas emissões privadas de debentures não conversíveis em ações, em uma única série, remuneradas a juros equivalentes a variação acumulada da TR acrescidos a 0,5% a.a., subscritas integralmente pelas controladas do Alto Sertão III – Fase B, conforme resumo a seguir:

<u>Data</u>	<u>Subscritor</u>	<u>Emissão privada</u>	<u>Valor</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Saldo em 30/09/2025</u>
05/04/2021	Fase B	8 ^a	50.379	06/04/2026	-
03/09/2021	Fase B	10 ^a	9.428	03/09/2026	-
			59.807		-

13.2. Consolidado

Em outubro de 2024, foi homologado o 7º aditivo ao plano de recuperação das Sociedades Consolidadas do Grupo Renova e o 5º aditamento ao plano da Alto Sertão Participações S.A e Outros, nos termos do artigo 45-A da Lei 11.101/2005, os custos de transação serão amortizados ao longo do prazo da dívida, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva, conforme nota 1.2.

		Consolidado								
		30/09/2025			31/12/2024					
		Circulante		Não circulante	Total geral	Circulante		Não circulante	Total geral	
Classe PRJ		Custo da Dívida	Encargos	Principal	Total	Encargos	Principal	Total	Principal	
Classe II	BNDES	100% CDI	10.028	-	10.028	357.198	-	357.198	357.164	365.385
Classe II	JM RB	100% CDI	-	-	-	-	-	-	134.933	141.119
Classe II	JM RG	100% CDI	-	-	-	-	-	-	280.500	293.359
Classe II	Banco Itaú	100% CDI	4.360	-	4.360	155.306	-	155.306	155.379	158.955
Classe II	Citibank	100% CDI	2.937	-	2.937	104.628	-	104.628	104.677	107.086
Classe II	Banco ABC	100% CDI	1.744	-	1.744	62.122	-	62.122	62.152	63.583
Extra concursal	Citibank	100% CDI	915	-	915	32.575	-	32.575	32.590	33.342
Classe III	Banco Itaú	0,5% a.a. + TR	239	-	239	3.625	-	3.625	3.851	4.100
Classe III	JM RB	0,5% a.a. + TR	-	-	-	-	-	-	1.288	1.371
Classe III	JM RG	0,5% a.a. + TR	-	-	-	-	-	-	2.677	2.849
Classe II	Custo da Dívida	-	(2.247)	-	(2.247)	(22.874)	-	(22.874)	(24.712)	(26.959)
TOTAL DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS			20.223	(2.247)	17.976	692.580	710.556	35.478	(1.787)	33.691
									1.110.499	1.144.190

Em 30 de setembro de 2025 a dívida que compõe os credores do plano de recuperação judicial totaliza no consolidado R\$735.677, sendo, R\$3.864 da Classe II, R\$731.813 da Classe III e R\$33.490 extraconcursal. Os pagamentos ocorrerão conforme plano de recuperação judicial resumido na nota explicativa nº 1.2.

13.3. Movimentação

a) A movimentação dos empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado		
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	27.755	2.803	30.558	976.799	97.827	1.074.626
Provisão dos encargos financeiros	-	3.327	3.327	-	115.983	115.983
Encargos financeiros pagos	-	(543)	(543)	-	(19.076)	(19.076)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(383)	(383)
Incorporação de juros ao principal	408	(408)	-	154.446	(154.446)	-
Apropriação de custos de captações	-	408	408	-	408	408
Adição dos custos de captação	3.654	(4.835)	(1.181)	(22.533)	(4.835)	(27.368)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	31.817	752	32.569	1.108.712	35.478	1.144.190
Provisão dos encargos financeiros	-	3.318	3.318	-	89.396	89.396
Encargos financeiros pagos	-	(3.171)	(3.171)	-	(81.474)	(81.474)
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(343)	(343)
Incorporação de juros ao principal	314	(314)	-	10.428	(10.428)	-
Apropriação de custos de captações	53	-	53	1.837	-	1.837
Baixa por capitalização de créditos PRJ	-	-	-	(423.433)	(19.617)	(443.050)
Saldos em 30 de setembro de 2025	32.184	585	32.769	697.544	13.012	710.556

b) A movimentação das debêntures privadas está apresentada a seguir:

	Controladora		
	Passivo		
	Principal	Encargos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	54.801	1.223	56.024
Encargos financeiros provisionados	-	770	770
Amortização	(2.572)	-	(2.572)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	52.229	1.527	53.756
Encargos financeiros provisionados	-	249	249
Amortização	(1.043)	-	(1.043)
Encargos financeiros pagos	-	(466)	(466)
Baixa por incorporação ⁽ⁱ⁾	(51.186)	(1.310)	(52.496)
Saldos em 30 de setembro de 2025	-	-	-

(i) Incorporação nota 1.1.5

13.4. Vencimento das parcelas – não circulante (principal e encargos)

As parcelas classificadas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento, conforme previsto no plano de recuperação judicial (Nota 1.2):

	Vencimento	30/09/2025	
		Controladora	Consolidado
Set/2026 a Ago/2027		326	7.378
Set/2027 a Ago/2028		828	18.390
Set/2028 a Ago/2029		1.193	26.398
Set/2029 a Ago/2030		1.776	39.423
Set/2030 a Ago/2036		28.452	623.864
Total		32.575	715.454

14. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
IRPJ a pagar	-	-	1.234	1.977
CSLL a pagar	-	-	798	1.185
COFINS a recolher	8	299	14.441	1.652
PIS a recolher	1	65	1.698	358
Tributos sobre folha de pagamento	1.067	1.416	1.359	1.739
Tributos retidos de terceiros	137	599	832	1.289
Tributos sobre operações de mútuo	289	277	826	644
Outros tributos a recolher	48	25	586	444
	1.550	2.681	21.774	9.288

Os saldos de PIS e COFINS a pagar decorrem do resultado tributável apurado e faturamento de venda de energia auferido pelas controladas integrantes do Complexo Eólico Alto Sertão III e a Renova Comercializadora.

15. Contas a pagar – CCEE

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
CCEE		
Circulante	219.866	159.834
Não circulante	68.319	71.413
Total	288.185	231.247

Do saldo apresentado no quadro acima, R\$30.025 compõe a Classe III do plano de recuperação judicial e será pago conforme divulgado na nota 1.2.

15.1. Movimentação

A movimentação está apresentada a seguir:

	31/12/2024	Resultado	Amortização	Atualização	Reclassificação (iii)	30/09/2025
Ressarcimento CCEE (i)	103.841	57.339	-	1.220	(50.670)	111.730
Despacho 2.303 (ii)	95.679	-	-	1.218	50.670	147.567
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	31.727	-	(1.365)	38	(1.512)	28.888
Total do passivo	231.247	57.339	(1.365)	2.476	(1.512)	288.185

	31/12/2023	Resultado	Devolução ressarcimento	Amortização	Atualização	Reclassificação	30/09/2024
Ressarcimento CCEE (i)	73.321	51.468	-	(16.971)	9.152	(25.619)	91.351
Despacho 2.303 (ii)	-	-	47.958	-	427	25.619	74.004
Fornecedores a pagar CCEE PRJ	32.426	-	-	(1.172)	361	-	31.615
Total do passivo	105.747	51.468	47.958	(18.143)	9.940	-	196.970

- (i) Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas indiretas do LER 2013, do LER 2014 e a CCEE estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% (ressarcimento anual – ressarcimento de 100% do volume + 15% de multa pela não entrega). Ao final de cada quadriênio, o ressarcimento por desvios negativos de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 106%.
- (ii) Provisão oriunda da suspensão dos ressarcimentos estabelecidos na Contratação de Energia Elétrica na Contratação de Energia de Reserva, essa suspensão foi determinada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através da emissão do despacho nº 2.303/2019 que ordenou à CCEE que procedesse com a referida suspensão da compensação relativa aos anos contratuais apurados a partir de agosto de 2019 até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por constrained-off (situações de corte de geração quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda de usinas eólicas). Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões normalmente nos exercícios supracitados.
- (iii) Valor conciliado de R\$ 1.513 refere-se à reclassificação entre contas, contas a pagar CCEE PRJ e fornecedores PRJ

16. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Apresentados como:				
Circulante	4.005	2.081	7.713	2.149
Não circulante	97.134	89.596	153.170	104.064
Total	101.139	91.677	160.883	106.213

Abertura de outros contas a pagar:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Passivo com a CEMIG GT *	97.808	90.272	97.808	90.272
Valor pago pela Light, na qualidade de fiadora não solidária das obrigações das CCBs junto aos bancos Bradesco e Itaú, conforme mencionado na Nota 13 (Classe III)	-	-	13.578	14.468
Processos cíveis, que compõem os credores Classe III nota 1.2.	324	324	324	324
Indenizações de seguro-garantia, em favor da ANEEL, decorrentes do cancelamento das outorgas dos parques do Complexo Eólico AS III Fase A." (classe III)	-	11	157	11
Contas a pagar, em razão da rescisão unilateral do contrato pela Light conforme demonstrado na nota 1.1.2. (Classe III) ⁽ⁱ⁾	-	-	45.991	-
Outros	3.007	1.070	3.025	1.138
	101.139	91.677	160.883	106.213

(i) Reclassificação entre fornecedores outras contas a pagar.

Nota (*) Entre novembro de 2019 e janeiro de 2020 a Companhia firmou contratação de empréstimos do tipo DIP junto à CEMIG, necessários para suportar as despesas de manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, após a devida autorização do juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca do Estado de São Paulo, no processo de recuperação judicial nº 110325754.2019.8.26.0100. O resumo dessas contratações está apresentado a seguir:

	DIP	DIP 2	DIP 3	DIP 4	Total
Data	25/11/2019	27/12/2019	27/01/2020	25/10/2019	
Valor	10.000	6.500	20.000	5.000	41.500
	100%DI +	100%DI + 1,5%	100%DI + 1,5%	100%DI +	
Atualização	1,083% a.a.	a.a.	a.a.	0,00% a.a.	
Vencimento	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	31/05/2029	
Saldo em 30 de setembro de 2025	24.339	16.062	49.235	8.172	97.808

O vencimento dos DIPs ocorreu em 31 de julho de 2020, e como o pagamento não foi efetuado, o montante devido está sendo remunerado pelas taxas apresentadas no quadro acima acrescidos de juros de mora de 1% ao mês sobre o referido valor em atraso e multa moratória de 0,3% ao dia limitada 10% sobre o valor total devido, conforme previsto em contrato. São garantias dessa operação fiança e alienação fiduciária de 73% das ações da controlada SF120 Participações S.A.

17. Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

Em 30 de setembro de 2025, o saldo da provisão consolidada para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas é de R\$93.164 (em dezembro de 2024, R\$161.145), sendo R\$4.144 (em dezembro de 2024, R\$5.915) cíveis, R\$5.479 (em dezembro 2024, R\$2.456) trabalhistas, R\$37.302 (em dezembro de 2024, R\$120.791) fiscais, R\$611 (em dezembro de 2024, R\$690), administrativas e R\$45.267 (em dezembro de 2024 R\$31.293), regulatório. A seguir apresentamos a movimentação do período findo em 30 de setembro de 2025:

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145
Adição	325	6.038	4.073	189	14.505	25.130
Baixa	(2.096)	(3.014)	(87.562)	(268)	(171)	(93.111)
Saldos em 30 de setembro de 2025	4.144	5.480	37.302	611	45.627	93.164

Consolidado	Cíveis	Trabalhistas	Fiscal	Administrativas	Regulatório	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	57.079	2.402	113.013	601	31.293	204.388
Atualização	671	290	7.818	204	-	8.983
Baixa ^(a)	(51.835)	(236)	(40)	(115)	-	(52.226)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.915	2.456	120.791	690	31.293	161.145

(a) refere-se substancialmente a transferência do montante a pagar relacionados ao processo cível movido pela Light (nota 1.1.2)

Prováveis

- Cíveis – as ações cíveis classificadas com expectativa de perda provável, no montante de R\$4.144, referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, indenizatórias, ações de rescisão contratual, sendo bastante pulverizadas.
- Regulatório - Em 27 de julho de 2022, a Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica (“SFG”), publicou no Diário Oficial da União os despachos nº 2.001/2022 a 2.012/2022 i) aplicando aos parques eólicos do LER 2013 e LER 2014 penalidade de multa editalícia no montante de R\$31.293, correspondente a 3,85% do valor do investimento declarado à EPE no momento da licitação, considerando que: i.a) caso a multa não seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a execução da garantia de fiel cumprimento aportada, no justo valor para o ressarcimento da multa não paga e; ii. b) caso a multa seja recolhida pela concessionária, indicar a SCG que deverá ser promovida a devolução integral da garantia de fiel cumprimento aportada; iii.c) caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.; e (ii) estabelecendo o prazo de 20 (vinte) dias a contar da publicação desse Despacho para o pagamento da multa constante do item (i).

Em 08 de agosto de 2022, a Companhia protocolou recurso administrativo na ANEEL contra os referidos despachos pleiteando: (i) atribuição de efeito suspensivo automático ao recurso, na forma do artigo 36, parágrafo único, da Resolução Normativa n. 846/2019; e ii) anulação dos Despachos SFG n. 2.001 a 2.012/2022.

Em 07 de outubro de 2022 a Companhia reuniu-se com a diretoria da ANEEL para apresentar os pleitos presencialmente e aguarda julgamento do recurso acerca da dosimetria da penalidade.

Em agosto de 2025, a Companhia, atualizou a provisão relacionada à penalidade mantida pela ANEEL nos Processos Administrativos nº 2.001/2022 a nº 2.012/2022, referente ao descumprimento do cronograma de implantação de centrais geradoras eólicas, aplicando o IPCA acumulado de 13% desde julho de 2022 referente ao montante de R\$10.434, a obrigação permanece classificada no passivo não circulante, e a Companhia segue monitorando o processo, avaliando a adoção de medidas administrativas ou judiciais cabíveis.

- iii. Fiscal – provisionado o valor de R\$37.302 em 30 de setembro de 2025 (R\$120.678 em 31 de dezembro de 2024) decorrente do auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil abrangendo os exercícios sociais de 2014 e 2015 contra a Companhia questionando a apuração dos cálculos do Imposto de Renda de Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), supostamente devidos pela Companhia em virtude da não comprovação de despesas, falta de recolhimento de IRPJ sobre a base de cálculo estimada e a não comprovação de custos e despesas operacionais.

Após a improcedência de sua defesa em primeira instância administrativa, mantém-se em discussão em sede de Recurso Voluntário, cujo julgamento no CARF ocorreu em 21 de fevereiro de 2024. O acórdão foi disponibilizado em 25 de setembro de 2025, tendo a Companhia apresentado recurso, pendente de julgamento. A redução de R\$ 87.505 decorre do estorno parcial da provisão, realizado com base na avaliação jurídica.

A Administração da Companhia e de suas controladas, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Na controladora, o montante de R\$47.282 mil registrado em provisões para contingências refere-se a processos divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas. A diferença entre controladora e consolidado consiste nas provisões para processos de natureza regulatória, que totalizam R\$45.882 mil, resultando no montante de R\$93.164 mil apresentado na demonstração consolidada"

Possíveis

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos contingentes no montante aproximado de R\$337.304(31 de dezembro de 2024, R\$353.657), sendo R\$310,292 (31 de dezembro de 2024, R\$319.782) cíveis, R\$932(31 de dezembro de 2024, R\$20.359) administrativas, R\$7.730 trabalhistas (31 de dezembro de 2024, R\$13.479) e R\$ 18.350 Regulatório (31 de dezembro de 2024, R\$18.350), os quais a Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, classificou como possíveis de perda e não constituiu nenhuma provisão para o exercício findo em 30 de setembro de 2025.

Dentre as ações cíveis classificadas como perda possível destacam-se:

- a) Processos decorrentes de multas relacionadas a contratos de arrendamento com arrendantes cujo montante total corresponde a R\$130.463 (R\$118.320, 31 de dezembro de 2024) para os quais nossos assessores jurídicos externos classificam a expectativa de perda como possível. A Companhia interpôs recurso que foi julgado procedente em março de 2019, afastando a referida multa e determinando a aplicação da cláusula contratual específica para hipótese de inadimplemento, que consiste em correção monetária pelo índice indicado em contrato, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% sobre o valor da anuidade em atraso.
- b) As demais ações cíveis classificadas com expectativa de perda possível, no montante de R\$188.790 referem-se substancialmente a processos relacionados a execuções de títulos extrajudiciais, ações de cobrança, ações declaratórias, ações de rescisão contratual e indenizatórias, sendo bastante pulverizadas, que futuramente serão extintas/suspensas e quitadas nos termos do Plano de Recuperação Judicial.

17.1. Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos

A Companhia informa que não há movimentação relevante nos Inquéritos Policiais relacionados à denominada Operação “E o Vento Levou”, tampouco na Ação Penal em curso perante a Justiça Federal de São Paulo. Vale ressaltar que a Companhia não figura como Ré na Ação Penal em tela, a qual deve seguir seu curso regular, e os Inquéritos Policiais dizem respeito a situações pretéritas e pessoas físicas desvinculadas da atual administração da Renova Energia.

A Companhia está acompanhando os desdobramentos das investigações e segue à disposição das autoridades para colaborar com as investigações ainda em curso.

A Companhia mantém seu programa de integridade, bem como prima pela proteção de seu patrimônio e de sua imagem, contando com a Gerência de Governança Corporativa, sob a gestão da Diretoria Jurídica, que tem como missão garantir a observância de normas e procedimentos da Companhia, bem como prezar pelo fortalecimento de uma cultura de integridade baseada em gestão e monitoramento de riscos.

Reforçando seu compromisso com a integridade nos negócios, a Companhia tem investido em diversos planos de ação e realizado todos os atos necessários para conservar seus direitos, boa reputação e imagem, a saber:

- i. Aprimoramento de iniciativas voltadas à divulgação e disseminação do canal de denúncias independente para empregados, prestadores de serviços, fornecedores, parceiros e autoridades;
- ii. Projeto de implementação de metas de gestão relacionadas a Compliance em todas as diretorias;
- iii. Revisão/implementação de políticas e procedimentos relacionados a contratação de fornecedores e arrendantes, revisão dos valores de alçadas de aprovação, análise reputacional e bloqueio de fornecedores em desacordo com os valores de integridade da Companhia;
- iv. Monitoramento anual de terceiros de alto risco;
- v. Aprimoramento da estratégia de comunicação e treinamento de colaboradores em temas relacionados ao Código de Ética e Conduta, Política Corporativa Anticorrupção e LGPD;
- vi. Conscientização de fornecedores e parceiros de negócios sobre os principais pontos relacionados ao Código de Ética e Conduta e Política Corporativa Anticorrupção da Companhia, bem como do Aviso de Privacidade, reforçando os valores da Companhia com a cadeia de valor e intensificando também o destaque para o Canal Transparência para o reporte de eventuais irregularidades;
- vii. Aplicação de medidas disciplinares para eventuais desvios de conduta praticados por colaboradores e terceiros;
- viii. Inclusão de cláusulas de integridade e privacidade de dados nos contratos firmados pela Companhia, incluindo a possibilidade de rescisão imediata em casos de desvios de conduta;
- ix. Adesão formal à Política Corporativa Anticorrupção e ao Código de Ética e Conduta por 100% dos colaboradores, membros do Conselho de Administração, além dos membros do Conselho Fiscal, conforme o caso;
- x. Monitoramento contínuo de riscos de invasão e ataques cibernéticos nos sistemas da Companhia com conscientização de colaboradores e testes recorrentes para medir a maturidade dos controles internos para mitigar malware e *ransomware*, bem como estudos e esforços constantes para aprimorar a segurança da informação, preservando informações confidenciais e estratégicas, bem como conformidade com a LGPD; e
- xi. Aprimoramento contínuo dos controles internos, políticas e procedimentos da Companhia.

Tais medidas complementam as atitudes e comprometimento da Alta Administração com o fortalecimento do Programa de Integridade da Companhia e práticas ESG.

Para contribuir com a disseminação da Integridade e Sustentabilidade da Companhia destacamos abaixo algumas ações corporativas relacionadas às práticas ESG atualmente em nosso *pipeline* de iniciativas:

- a) Direitos humanos: a Companhia respeita e promove os direitos humanos em suas operações, ao longo de sua cadeia de fornecedores e nas regiões onde está inserida, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU e em linha com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, estabelecendo relação com empresas terceiras que compartilhem os mesmos princípios e valores e que respeitem os direitos humanos.
- b) Diversidade: a Companhia respeita e valoriza de forma positiva as diferenças entre gênero, origem, etnia, orientação sexual, crença, práticas religiosas, convicção política, ideológica, classe social, condição de portador de deficiência, estado civil ou idade e não tolera qualquer forma de assédio (seja ele moral ou sexual), violência (verbal, física ou em redes sociais).
- c) Meio ambiente: a Companhia tem como valor cuidar do meio ambiente, especialmente nas localidades próximas aos seus empreendimentos. Entende ser fundamental para a sustentabilidade dos negócios atuar em consonância com a legislação ambiental vigente, bem como homologar parceiros de negócios que estejam alinhados com esses valores.
- d) Relações comunitárias: a Companhia mantém um diálogo transparente e permanente com as comunidades localizadas nos arredores dos seus empreendimentos, baseados em agenda comum positiva, de longo prazo, voltada para o desenvolvimento local sustentável, respeitando a liberdade de expressão e a manifestação pacífica, de acordo com a lei e nos limites do Código de Conduta e Política Corporativa Anticorrupção.
- e) Canal Transparência: é o meio pelo qual eventuais situações de irregularidade devem ser reportadas, visando a efetiva apuração dos fatos e eventual plano de ação para mitigar os riscos existentes em nossas operações. O Canal Transparência está disponível aos públicos internos e externos da Companhia, sendo uma ferramenta de comunicação proativa, transparente, independente, imparcial e anônima para o reporte de violações ou suspeita de descumprimento de qualquer um dos pontos descritos no Código de Ética e Conduta da Companhia, nas políticas e procedimentos.

18. Patrimônio líquido e remuneração aos acionistas

a) Capital autorizado

De acordo com o seu Estatuto Social a Companhia está autorizada a aumentar o capital social mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente da reforma estatutária, por meio da emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, até o limite de R\$5.002.000.

b) Alteração da composição acionária

Em 1 de abril de 2024 a companhia declara que recebeu de seus acionistas controladores Sr. Renato do Amaral Figueiredo e do Caetité Participações, o termo de dação, informando que o Sr. Renato do Amaral Figueiredo e o Caetité Participações transferiram em sua totalidade, as ações ordinárias e as ações preferenciais de emissão da companhia para o novo veículo de investimento, Fundo de Investimento em Participações Macaúbas (“FIP Macaúbas”). Desta forma, o novo veículo de investimento FIP Macaúbas, passa a deter 17.005.440 ações ordinárias e 4.933.936 ações preferenciais de emissão da companhia.

c) Aumento de Capital

O Conselho de Administração aprovou em 28 de abril de 2025 a homologação do aumento de capital social da Companhia, por subscrição privada de ações, dentro do limite do capital autorizado, aprovado pelo Conselho de Administração, para capitalização dos créditos detidos pelo VC Energia II Fundo de Investimento em Participações (“Credor”).

O Aumento de Capital foi homologado no valor atualizado dos créditos detidos pelo Credor contra a Companhia, correspondente a R\$534.475, e representado por 494.883.865 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal da Companhia, emitidas ao preço unitário de R\$1,08.

Em 31 de julho de 2025, o Conselho de Administração aprovou e homologou o aumento de capital da Companhia, no valor de R\$ 2.010, correspondente à atualização dos créditos detidos por credores contra a Companhia. Esse aumento foi efetivado mediante a emissão de 930.690 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço unitário de R\$ 2,16 por ação.

d) Grupamento de ações

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovado o grupamento da totalidade das ações da Companhia, na proporção de 2 (duas) ações pré-grupamento para 1 (uma) ação pós-grupamento, sem modificação no capital social da Companhia, nos termos da proposta da administração da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, divulgada pela Companhia no dia 28 de março de 2025.

Em razão disso, o capital social da Companhia, no valor de R\$4.704.869, passou a ser dividido em 372.183.910 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 309.812.923 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, a partir da efetivação do grupamento.

e) Capital social

Em 30 de setembro 2025, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.706.879 dividido em 373.114.600 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 310.743.613 ações ordinárias e 62.370.987 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle	260.606.255	83,87%	-	0,00%	260.606.255	69,86%
FIP VC ENERGIA II	247.441.932	79,63%	-	0,00%	247.441.932	66,32%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	7.557.685	2,43%	-	0,00%	7.557.685	2,03%
FIP Macaúbas	5.606.638	1,80%	-	0,00%	5.606.638	1,50%
Outros Acionistas	50.137.358	16,13%	62.370.987	100,00%	112.508.345	30,14%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	33.272.563	10,71%	34.053.635	54,60%	67.326.198	18,04%
FIP Macaúbas ¹	2.896.081	0,93%	2.466.966	3,96%	5.363.047	1,44%
Free Float	13.968.714	4,51%	25.850.386	41,44%	39.819.100	10,66%
Total	310.743.613	100,00%	62.370.987	100,00%	373.114.600	100,00%

Nota 1: Possui 18.081 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$4.170.394 dividido em 249.483.956 ações nominativas, escriturais e sem valor nominal, sendo 124.741.981 ações ordinárias e 124.741.975 ações preferenciais, distribuído conforme o quadro de acionistas a seguir:

RENOVA ENERGIA	Ações ON		Ações PN		Total	% do Capital
	Quantidade	%	Quantidade	%	de ações	social total
Bloco de Controle ¹	26.328.648	21,11%	-	0,00%	26.328.648	10,55%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	15.115.371	12,12%	-	0,00%	15.115.371	6,06%
Caetité Participações S.A.	10.329.025	8,28%	-	0,00%	10.329.025	4,14%
Renato do Amaral Figueiredo	884.252	0,71%	-	0,00%	884.252	0,35%
Outros Acionistas	98.413.333	78,89%	124.741.975	100,00%	223.155.308	89,45%
AP Energias Renováveis Fundo de Invest. em Part Multiestratégia	66.545.129	53,35%	68.107.270	54,60%	134.652.399	53,97%
Renato do Amaral Figueiredo ¹	5.764.804	4,62%	4.527.141	3,63%	10.291.945	4,13%
BNDESPAR	696.683	0,56%	1.393.366	1,12%	2.090.049	0,84%
Caetité Participações S.A.	27.359	0,02%	406.795	0,33%	434.154	0,17%
Outros	25.379.358	20,35%	50.307.403	40,33%	75.686.761	30,34%
Total	124.741.981	100,00%	124.741.975	100,00%	249.483.956	100,00%

Nota 1: Possui 36.162 ações ordinárias bloqueadas pelo acordo de acionistas junto ao BNDESPAR.

f) Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a gastos com consultoria e assessores financeiros, das operações de aumento de capital.

19. Receita líquida

Consolidado 3º Trimestre			
	2025	2024	
	MWh*	MWh*	
Geração			
Receita gerada de energia elétrica			50.236
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(25.382)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	328.504	304.216	24.854
			41.319
			(20.877)
			20.442
Comercialização			
Operações - comercialização de energia elétrica			139.664
			164.518
			58.477
			78.919
Deduções s/ receitas:			
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(20.638)
			(9.643)
Total			143.880
			69.276

Consolidado Acumulado 9 meses			
	30/09/2025	30/09/2024	
	MWh*	MWh*	
Geração			
Receita gerada de energia elétrica			136.259
Ressarcimento sobre geração de energia elétrica			(57.339)
Suprimento de energia elétrica - Eólicas	800.915	731.438	78.920
			112.824
			(51.468)
			61.356
Comercialização			
Operações - comercialização de energia elétrica			353.179
			432.099
			130.777
			192.133
Deduções s/ receitas:			
(-) Tributos s/ receita (PIS/COFINS)			(54.199)
			(24.248)
Total			377.900
			167.885

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

20. Custos e despesas (receitas)

3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
Consolidado		Consolidado	
	2025	2024	
Custo dos serviços			
Compra de energia ⁽ⁱ⁾	(87.642)	(11.960)	(243.658)
Custo da operação			
Serviços de terceiros	(15.409)	(10.284)	(41.839)
Seguros	(2.010)	(2.195)	(6.399)
Material de uso e consumo	(1.179)	(3.246)	(4.318)
Outros custos	(26)	(340)	(142)
	(18.624)	(16.065)	(52.698)
			(44.439)
Depreciações e amortizações ⁽ⁱⁱ⁾	(25.084)	(24.172)	(74.892)
			(71.892)
Encargos do uso do sistema de distribuição			
Tusd/Tust ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(5.687)	(5.288)	(16.001)
Taxa de fiscalização	(581)	(631)	(1.788)
	(6.268)	(5.919)	(17.789)
			(17.368)
Total	(137.618)	(58.116)	(389.037)
			(150.100)

(i) Refere-se à aquisição de energia no mercado livre para revenda realizada pela controlada Renova Comercializadora para honrar os compromissos assumidos nos contratos de venda de energia dos parques em atraso na sua operação comercial.

(ii) Depreciação líquida de PIS/COFINS

(iii) Tusd - tarifa de uso do sistema de distribuição e Tust - tarifa de uso do sistema de transmissão. Os valores de Tust registrados na despesa estão relacionados, principalmente, ao período anterior a entrada em operação comercial dos parques eólicos.

	3º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(2.707)	(2.295)	(9.727)	(8.852)
Serviços de terceiros	205	(3.381)	(5.622)	(6.227)
Seguros	-	-	(124)	(159)
Telefonia e TI	(938)	60	(1.470)	(486)
Viagens	(169)	(20)	(406)	(793)
Impostos e taxas	(119)	(227)	(157)	(233)
Material de uso e consumo	(18)	(27)	(217)	(472)
Aluguéis e arrendamentos	240	200	(43)	(42)
Contingências cíveis e trabalhistas ⁽ⁱ⁾	132	(132)	132	(132)
Outras despesas	146	2	70	(67)
	(3.228)	(5.820)	(17.564)	(17.463)
Depreciações e amortizações	(820)	(904)	(929)	(1.002)
Outras (receitas) despesas líquidas				
Penalidades contratuais e regulatórias	-	-	-	(3)
Outras despesas (receitas)	21.117	(20)	21.078	(968)
	21.117	(20)	21.078	(971)
Total	17.069	(6.744)	2.585	(19.436)

(i) vide nota 17 item iii.

A Companhia recebeu R\$ 23.500 por meio da venda de direito creditório originado de ativo contingente vinculado a processo arbitral relacionado a obras executadas em projetos anteriores. Com essa operação, os direitos de recebimento futuros foram integralmente transferidos à securitizadora, antecipando recursos e fortalecendo a posição de caixa. Essa estratégia reforça a disciplina financeira e a capacidade da Companhia de transformar ativos contingentes em liquidez imediata, garantindo maior flexibilidade para investimentos e geração de valor aos acionistas.

	Acumulado 9 meses			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Despesas				
Gerais e administrativas				
Pessoal e administradores	(7.448)	(2.306)	(30.354)	(21.356)
Serviços de terceiros	2.338	(3.781)	(13.585)	(13.088)
Seguros	-	-	(433)	(483)
Telefonia e TI	(78)	141	(2.136)	(1.568)
Viagens	(468)	(31)	(1.535)	(1.300)
Impostos e taxas	(550)	(660)	(1.272)	(1.259)
Material de uso e consumo	61	(38)	(544)	(785)
Aluguéis e arrendamentos	664	596	(156)	(244)
Contingências cíveis e trabalhistas ⁽ⁱ⁾	78.636	(2.518)	78.636	(3.260)
Outras despesas	153	1	(165)	(156)
	73.308	(8.596)	28.456	(43.499)
Depreciações e amortizações	(2.599)	(2.832)	(2.919)	(3.101)
Outras (receitas) despesas líquidas				
Penalidades contratuais e regulatórias	-	(1.853)	-	(1.820)
Outras despesas (receitas)	20.815	(139)	20.998	(852)
	20.815	(1.992)	20.998	(2.672)
Total	91.524	(13.420)	46.535	(49.272)

(i) vide nota 17 item iii.

21. Resultado financeiro

		3º Trimestre			
		Controladora		Consolidado	
Nota explicativa		2025	2024	2025	2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		631	161	2.915	2.801
Juros - partes relacionadas	23	-	-	-	-
Outras receitas financeiras		151	(24)	180	73
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(36)	(9)	(112)	(41)
Total das receitas financeiras		746	128	2.983	2.833
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(1.238)	(846)	(27.183)	(29.539)
Juros sobre debêntures	13	-	(320)	-	-
Encargos do DIP		(3.678)	(2.870)	(3.905)	(2.522)
Encargos PRJ Classe III		(3.378)	(595)	(5.374)	(1.581)
Apropriação de custos de captações		(18)	-	(613)	-
Atualização monetária contencioso		(639)	(2.181)	(10.903)	(2.181)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(184)	(267)	(695)	(583)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(396)	(395)
IOF		(215)	(54)	(604)	(182)
Outras despesas financeiras		(215)	(16)	(414)	(57)
Total das despesas financeiras		(9.565)	(7.149)	(50.087)	(37.040)
Total do resultado financeiro		(8.819)	(7.021)	(47.104)	(34.207)
		Acumulado de 9 meses			
		Controladora		Consolidado	
Nota explicativa		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Receitas financeiras					
Rendimentos de aplicações financeiras e cauções		1.349	258	9.524	4.784
Juros - partes relacionadas	23	-	-	14	-
Outras receitas financeiras		7	(16)	162	4
(-) PIS/COFINS sobre receita financeira ⁽ⁱ⁾		(80)	(13)	(232)	(65)
Total das receitas financeiras		1.276	229	9.468	4.723
Despesas financeiras					
Encargos da dívida PRJ Classe II	13	(3.318)	(2.442)	(89.396)	(85.170)
Juros sobre debêntures	13	(346)	(603)	-	-
Encargos do DIP		(9.970)	(8.334)	(9.957)	(7.631)
Encargos PRJ Classe III		(20.316)	(1.061)	(9.126)	(4.956)
Apropriação de custos de captações		(53)	-	(1.837)	-
Atualização monetária contencioso		1.704	(6.415)	(12.592)	(6.415)
Juros sobre obrigação de arrendamento	11	(1.268)	(1.124)	(2.612)	(2.342)
Juros sobre provisão para desmantelamento		-	-	(1.188)	(1.135)
IOF		(312)	(232)	(1.411)	(637)
Outras despesas financeiras		(531)	126	(1.880)	(405)
Total das despesas financeiras		(34.410)	(20.085)	(129.999)	(108.691)
Total do resultado financeiro		(33.134)	(19.856)	(120.531)	(103.968)

(i) Inclui PIS e COFINS sobre receita financeira apurada nas operações de mútuo com controladas.

(ii) Os encargos registrados na controladora referem-se à realocação de saldos financeiros efetuada com o objetivo de evidenciar, de forma adequada, as obrigações de cada entidade do Grupo, sem impacto no resultado consolidado do Grupo.

22. Imposto de renda e contribuição social

	3º Trimestre			
	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(44.583)	(1.347)	(44.773)	12.325
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	15.159	458	15.223	(4.190)
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	8.032	(958)	6.989	(1.048)
Resultado da equivalência patrimonial	(17.953)	(4.354)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(4.966)	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	(2.781)	(1.844)	(5.330)	(6.253)
Prejuízo fiscal e base negativa	(2.457)	6.698	(11.726)	(2.180)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	(0)	190	(13.672)
IR e CS Correntes	-	(4.451)	(2.833)	(8.624)
IR e CS Diferidos	-	4.451	3.023	(5.048)
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	190	(13.672)
Acumulado de 9 meses				
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(102.343)	(49.420)	(103.741)	(39.737)
Alíquota combinada do imposto de renda e contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	34.797	16.803	35.272	13.511
<u>Exclusões (adições) permanentes</u>				
Despesas não dedutíveis	3.963	(3.525)	3.533	(3.553)
Resultado da equivalência patrimonial	(54.869)	(36.361)	-	-
Efeito das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	(4.355)	-
Efeito dos impostos diferidos ativos não reconhecidos sobre:				
Provisões temporárias	23.498	(4.045)	16.175	(19.432)
Prejuízo fiscal e base negativa	(7.389)	27.128	(49.227)	(209)
Imposto de renda e contribuição social registrado no resultado	-	-	1.398	(9.683)
IR e CS Correntes	-	(18.971)	(6.966)	(26.966)
IR e CS Diferidos	-	18.971	8.364	17.283
Imposto de renda e contribuição social apurados	-	-	1.398	(9.683)
Taxa efetiva			1,35%	-24,37%



A controladora não apurou lucro tributável nos períodos findos em 30 de setembro de 2025 e 31 de dezembro 2024 e possui saldo de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social, nos montantes a seguir para os quais não foram constituídos tributos diferidos:

	Controladora	
	30/09/2025	31/12/2024
Lucro (Prejuízo) fiscal do período	(21.566)	(2.145)
Utilização de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	-	113.262
Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados de períodos anteriores	(554.444)	(671.925)
Total de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados	(576.010)	(560.808)



23. Transações com partes relacionadas

23.1. Controladora

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Receitas e (despesas) financeiras		Receitas / Despesa	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
<u>Mútuo⁽¹⁾</u>								
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	507	-	(11)	-	-	-
Centrais Eólicas Jacarandá do Serrado S.A.	-	-	-	-	-	(2)	-	-
Centrais Eólicas Jatai S.A.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Centrais Eólicas Abil S.A.	-	-	502	-	(9)	-	-	-
Centrais Eólicas Tabua S.A.	-	-	-	-	-	(1)	-	-
Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.	-	-	507	1	(11)	(3)	-	-
Centrais Eólicas Vaqueta S.A.	-	-	-	1	(1)	(2)	-	-
Centrais Eólicas Angelin S.A.	-	-	-	1	(1)	(1)	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	-	-	4.436	104	(126)	(91)	-	-
Subtotal	-	-	5.952	107	(159)	(101)	-	-
<u>Resgate de ações⁽²⁾</u>								
Alto Sertão Participações S.A. (Holding)	12.937	-	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itapuã VII Ltda.	10.000	-	-	-	-	-	-	-
<u>Rateio de despesa⁽³⁾</u>								
Renova Comercializadora de Energia S.A.	1.155	4.717	-	-	-	-	6.265	9.700
Controladas - LER 2013	3.253	2.150	-	-	-	-	10.622	12.934
Controladas - LER 2014	882	610	-	-	-	-	3.012	3.668
Controladas - ACL (Mercado Livre I)	6.227	7.386	-	-	-	-	11.673	14.214
Centrais Elétricas Itaparica S.A.	164	164	-	-	-	-	-	-
Subtotal	11.681	15.028	-	-	-	-	31.572	40.516

Informações

Trimestrais



	Ativo		Passivo		Receitas e (despesas) financeiras		Receitas / Despesa	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Outros créditos ⁽⁴⁾								
Diamantina Eólicas Participações S.A.	26.217	26.186	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Amescla S.A.	13.165	13.165	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Manineiro S.A.	10.557	10.557	-	-	-	-	-	-
Centrais Eólicas Folha da Serra S.A.	-	-	1.022	1.022	-	-	-	-
Centrais Eólicas Acácia S.A.	-	-	533	533	-	-	-	-
Centrais Eólicas Barbatimão S.A.	-	-	536	536	-	-	-	-
Centrais Eólicas Facheio S.A.	-	-	535	535	-	-	-	-
Centrais Eólicas Jabuticaba S.A.	-	-	250	250	-	-	-	-
Centrais Eólicas Cedro S.A.	-	-	357	357	-	-	-	-
Centrais Eólicas Itaparica Ltda	-	-	27.253	27.253	-	-	-	-
	49.938	49.908	30.486	30.486	-	-	-	-
Total	84.556	64.936	36.438	30.593	(159)	(101)	-	40.516
Apresentados como								
Circulante	11.683	64.936	-	30.486				
Não circulante	72.874	-	36.438	107				
	74.556	64.936	36.438	30.593				

23.2. Movimentação

	Controladora	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2023	45.018	42.541
Adição	67.127	15.200
Encargos financeiros provisionados	3	393
Amortização	(40.110)	(27.541)
Capitalização dos créditos com rateio	(6.852)	-
Capitalização do mútuo	(250)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	64.936	30.593
Adição	49.135	15.000
Encargos financeiros provisionados	-	(22)
Amortização	(39.515)	(9.133)
Saldos em 30 de setembro de 2025	74.556	36.438

23.3. Resumo das operações com partes relacionadas

As principais condições relacionadas as operações entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

- i) Mútuos realizados com as controladas com o objetivo de suprir a necessidade de caixa da Companhia. Esses contratos estão sujeitos a atualização pela Taxa Referencial.
- ii) Reembolso de despesas a receber das controladas, no âmbito do contrato de rateio firmado entre as partes. Essas despesas referem-se basicamente a gastos com pessoal, aluguel e telefonia centralizados na Companhia.
- iii) Refere-se substancialmente aos créditos recebidos e cedidos pela Companhia do fornecedor GE Energia Renováveis LTDA para determinadas controladas indiretas com o objetivo de regularizar o contrato para fornecimento, operação e manutenção de aerogeradores para os parques eólicos do Projeto Alto Sertão III – Fase A, cuja quitação se deu em 18 de agosto de 2017.

Debêntures privadas

Como mencionado na nota explicativa 13, tanto a Companhia quanto a sua controlada, Renova Comercializadora, emitiram instrumentos particulares de escritura privada de debêntures não conversíveis em ações subscritas respectivamente pelas controladas que integram a Projeto Alto Sertão III – Fase B e pela Companhia que em 30 de abril foram incorporadas conforme nota 1.1.5.

23.4. Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração para os períodos findos em 30 de setembro de 2025 e de 2024, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 560, de 11 de dezembro de 2008, alcançou o montante de R\$10.594 e R\$6.328, respectivamente, valores compostos somente por benefícios de curto prazo.

Remuneração da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2025				
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Total
Número de membros remunerados	3,56	4,11	7,67	7,11	14,78
Remuneração fixa acumulada	2.914	2.488	5.402	959	6.361
Salário ou pró-labore	2.454	2.161	4.615	959	5.574
Benefícios diretos e indiretos	460	327	787	-	787
Remuneração variável acumulada	2.413	1.022	3.435	-	3.435
Bônus	740	-	740	-	740
Provisão Programa de participação no resultado	1.673	1.022	2.695	-	2.695
Benefícios pós emprego	22	17	39	-	39
Benefícios motivados pela cessação do cargo	759	-	759	-	759
Valor total da remuneração por órgão*	6.108	3.527	9.635	959	10.594

	30/09/2024					
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Total	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Total
Número de membros remunerados	4,11	3,56	7,67	6,11	1,78	16,67
Remuneração fixa acumulada	2.786	1.799	4.585	803	97	5.485
Salário ou pró-labore	2.341	1.571	3.912	803	97	4.812
Benefícios diretos e indiretos	445	228	673	-	-	673
Remuneração variável acumulada	(149)	356	207	-	-	207
Bônus	250	180	430	-	-	430
Provisão Programa de participação no resultado	(407)	154	(253)	-	-	(253)
Benefícios pós emprego	95	-	95	-	-	95
Benefícios motivados pela cessação do cargo	541	-	541	-	-	541
Valor total da remuneração por órgão*	3.273	2.155	5.428	803	97	6.328

Nota (*): Essas informações não incluem os encargos sociais de ônus do empregador, nos termos do item 10.2.13, alínea b, do Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP

Remuneração média acumulada da Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal

	30/09/2025			30/09/2024			
	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Diretoria não estatutária	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros	3,56	4,11	7,11	4,11	3,56	6,11	2,67
Valor da maior remuneração individual	1.898	1.135	135	1.260	774	135	17
Valor da menor remuneração individual*	1.374	769	135	438	489	60	17
Valor médio de remuneração individual	1.718	858	135	796	606	131	17

Nota (*): o valor da menor remuneração individual de cada órgão foi calculado considerando a exclusão de todos os membros que não exerceram o cargo por todos os meses do período apurado, conforme orienta o Ofício Circular/ANUAL-2022- CVM/SEP. A remuneração da administração ficou dentro dos montantes aprovados em assembleia geral ordinária e o conselho fiscal atendeu os requisitos de LSA.

Foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2025, o montante de até R\$12.133 para a remuneração global dos administradores no período de janeiro a dezembro de 2025.

24. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

A Companhia e suas controladas mantêm operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégia operacional e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com estas operações estão de acordo com as práticas adotadas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de práticas definidas pela Administração e inclui o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado e previsão de fluxo de caixa futuros. Essas práticas determinam também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a informação e operacionalização das transações com as contrapartes sejam feitas.

a) Valor justo dos instrumentos financeiros

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação em que não há favorecidos. O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável.

A apuração do valor justo foi determinada utilizando as informações de mercado disponíveis e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, um julgamento considerável é necessário para interpretar informações de mercado e estimar o valor justo. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo. Essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados. As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas em nosso balanço pelo seu valor contábil, que equivale ao seu valor justo nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, clientes, partes relacionadas, cauções e depósitos vinculados e fornecedores. Para empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, os saldos contábeis diferem do valor justo.

	Controladora			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	80	16.211	80	16.211
Partes relacionadas	11.683	64.936	11.683	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	744	22	744	22
Partes relacionadas	72.874	-	72.874	-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	14.233	19.688	14.233	19.688
Empréstimos e financiamentos	852	688	852	688
Adiantamentos de clientes	125	100	125	100
Partes relacionadas	-	30.486	-	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	1.000	1.000
Não circulante				
Fornecedores	56.704	16.638	56.704	16.638
Empréstimos e financiamentos	31.917	31.881	31.917	31.881
Debêntures privadas	-	53.756	-	53.756
Partes relacionadas	36.438	107	36.438	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	96.808	96.808	96.808	96.808

	Consolidado			
	Valor justo		Valor Contábil	
	30/09/2025	31/12/2024	30/09/2025	31/12/2024
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	25.713	144.216	25.713	144.216
Aplicações financeiras	35.877	5.145	35.877	5.145
Contas a receber de clientes	74.835	48.798	74.835	48.798
Compromissos futuros	56.930	63.415	56.930	63.415
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	22	-	22
Compromissos futuros	181.743	213.868	181.743	213.868
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	84.326	65.404	84.326	65.404
Empréstimos e financiamentos	17.976	33.691	17.976	33.691
Contas a pagar - CCEE	219.866	159.834	219.866	159.834
Compromissos futuros	41.959	76.712	41.959	76.712
Adiantamentos de clientes	10.286	5.897	10.286	5.897
DIP Cemig (outras contas a pagar)	1.000	1.000	96.808	96.808
Não circulante				
Fornecedores	118.400	260.380	118.400	260.380
Empréstimos e financiamentos	692.580	1.110.499	692.580	1.110.499
Contas a pagar - CCEE	68.319	71.413	68.319	71.413
Compromissos futuros	100.912	85.503	100.912	85.503
DIP Cemig (outras contas a pagar)	96.808	96.808	96.808	96.808

b) Categorias de instrumentos financeiros

A seguir demonstramos a classificação dos instrumentos financeiros e seus saldos contábeis:

	Controladora			
	30/09/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	80	-	16.211	-
Aplicações financeiras	11.704	-	-	-
Partes relacionadas	-	11.683	-	64.936
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	-	22	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	14.233	-	19.688
Empréstimos e financiamentos	-	852	-	688
Adiantamentos de clientes	-	125	-	100
Partes relacionadas	-	-	-	30.486
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	56.704	-	16.638
Empréstimos e financiamentos	-	31.917	-	31.881
Debêntures privadas	-	-	-	53.756
Partes relacionadas	-	36.438	-	107
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	96.808	-	96.808

	Consolidado			
	30/09/2025		31/12/2024	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	25.713	-	144.216	-
Aplicações financeiras	35.877	-	5.145	-
Contas a receber de clientes	-	74.835	-	48.798
Compromissos futuros	56.930	-	63.415	-
Não circulante				
Aplicações financeiras	-	-	22	-
Compromissos futuros	181.743	-	213.868	-
Passivos Financeiros				
Circulante				
Fornecedores	-	84.326	-	65.404
Empréstimos e financiamentos	-	17.976	-	33.691
Contas a pagar - CCEE	-	219.866	-	159.834
Compromissos futuros	41.959	-	76.712	-
Adiantamentos de clientes	-	10.286	-	5.897
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	1.000	-	1.000
Não circulante				
Fornecedores	-	118.400	-	260.380
Empréstimos e financiamentos	-	692.580	-	1.110.499
Contas a pagar - CCEE	-	68.319	-	71.413
Compromissos futuros	100.912	-	85.503	-
DIP Cemig (outras contas a pagar)	-	96.808	-	96.808

c) Mensuração pelo valor justo

Os quadros a seguir demonstram a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos do Grupo Renova:

Descrição	Saldo em 30/09/2025	Valor justo em 30 de setembro de 2025		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	60.585	60.585	-	-
MTM	95.802	95.802	-	-
Descrição	Saldo em 31/12/2024	Valor justo em 31 de dezembro de 2024		
		Mercado ativo - preço cotado (nível 1)	Sem mercado ativo - técnica de avaliação (nível 2)	Sem mercado ativo - inputs não observáveis (nível 3)
Ativos				
Aplicações financeiras	148.648	148.648	-	-
MTM	115.068	115.068	-	-

Aplicações financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Para aumentar a coerência e a comparação, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

Nível 1. Mercado Ativo: Preço - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

Nível 3. Sem Mercado Ativo: Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (inputs não observáveis). Para 30 de setembro de 2025 a Companhia não possuía nenhum instrumento financeiro classificado nesta categoria.

No período findo em 30 de setembro de 2025 não houve transferências entre avaliações de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre o nível 3 e nível 2.

d) Risco de Mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia e suas controladas apresentados na Nota 13, possuem como contrapartes o BNDES, Citibank, Itaú, ABC e dívidas com partes relacionadas. As regras contratuais para os passivos financeiros criam riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas possuíam risco de mercado associado ao CDI.

e) Análise de sensibilidade (Consolidado)

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2025, foram adotadas as seguintes premissas:

- definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia, e que é referenciado por fonte externa independente (Cenário I);
- definição de dois cenários adicionais com deteriorações de, pelo menos, 25% e 50% na variável de risco considerada (Cenário II e Cenário III, respectivamente); e
- apresentação do impacto dos cenários definidos no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia e suas controladas.

Os saldos apresentados nos quadros a seguir contemplam os valores consolidados.

Risco	Operação	Cenário I - Cenário Provável	Cenário II - variação de 25%	Cenário III - variação de 50%
	Taxa CDI efetiva em 30 de setembro de 2025	12,28%	12,28%	12,28%
	Taxa IPCA efetiva em 30 de setembro de 2025	5,13%	5,13%	5,13%
Baixa do CDI	Aplicações financeiras:	60.585	60.585	60.585
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	12,28%	9,21%	6,14%
	Perda anual nas aplicações financeiras	-	(1.883)	(3.767)
Alta do CDI	Empréstimos:	829.621	829.621	829.621
	Taxa anual estimada do CDI para 2025	12,28%	15,35%	18,42%
	Perda anual nos empréstimos e partes relacionadas	-	(25.643)	(51.285)
Queda do IPCA	MtM:	95.802	95.802	95.802
	Taxa anual estimada do IPCA para 2025	5,13%	3,85%	2,57%
	Perda anual nos compromissos futuros	-	(3.688)	(2.462)

Para as aplicações financeiras o cenário provável considera as taxas futuras da SELIC, que é base para determinação da taxa CDI, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano, 12,28%. Os cenários II e III consideram uma redução dessa taxa em 25% (9,21% a.a.) e 50% (6,14% a.a.), respectivamente. Estas projeções também são realizadas para empréstimos e outras operações que são vinculados a taxa CDI as quais foram projetadas nos cenários II e III considerando um aumento dessa taxa em 25% (15,35% a.a.) e 50% (18,42% a.a.). Estas projeções também são realizadas para compromissos futuros de marcação ao mercado e outras operações que são vinculados a taxa IPCA, conforme expectativas obtidas junto ao Banco Central do Brasil, com horizonte de um ano 5,13%, considerando um aumento dessa taxa em 25% (3,85% a.a.) e 50% (2,57% a.a.).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade que está contida no processo utilizado na preparação dessas análises.

f) Risco de Liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia e suas controladas em liquidarem as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e suas controladas em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentadas na Nota 13.

A Administração da Companhia e suas controladas somente utiliza linhas de crédito que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

g) Tabela do risco de liquidez e juros

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período.

	Consolidado				
	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos a taxa de juros					
Classe II	12.481	6.858	119.393	559.591	698.323
Classe III	3.751	9.909	66.289	136.540	216.489
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	585	329	5.729	26.847	33.490
Total	16.817	17.096	191.411	722.978	948.302

h) Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada à rubrica de clientes.

	Nota	Valor contábil Consolidado	
		30/09/2025	31/12/2024
Ativos financeiros			
Circulante			
Contas a receber de clientes	7	74.840	48.798

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. Em 30 de setembro de 2025 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

i) Valor justo dos contratos de energia (consolidado)

Os contratos celebrados pela Renova Comercializadora visam a comercialização de energia elétrica de acordo com os requisitos das Regras de Comercialização, regulamentadas pela ANEEL, aplicáveis a todos os agentes registrados na CCEE. Essas transações são mantidas para recebimento ou entrega até a data de liquidação da operação prevista no contrato, de acordo com os requisitos contratuais de compra e venda.

Estes contratos de compromissos futuros são mensurados ao valor justo utilizando-se das melhores informações disponíveis e observáveis, sendo utilizada como melhor estimativa curva de preços *forward* calculada por empresa independente contratada pela Companhia, com atuação de referência no Setor Elétrico Brasileiro. Deste modo, o resultado da diferença entre a curva de preço do contrato e a curva de preço *forward* é contabilizado como Marcação a Mercado (MtM) do Instrumento Financeiro Derivativo.

No período findo em 30 de setembro de 2025, a mensuração líquida do valor justo dos contratos de compra e venda de energia, impactou negativamente o lucro bruto no montante de R\$19.266 substancialmente pela atualização da curva de preços, (no período findo em 30 de setembro de 2024 impactou positivamente em R\$4.917).

	Hierarquia	30/09/2025	31/12/2024
Ativos			
Circulante	Nível 1	56.930	63.415
Não circulante	Nível 1	181.743	213.868
		238.673	277.283
Passivos			
Circulante	Nível 1	(41.959)	(76.712)
Não circulante	Nível 1	(100.912)	(85.503)
		(142.871)	(162.215)
Total		95.802	115.068
		30/09/2025	30/09/2024
Saldo inicial		115.068	167.561
Compromissos futuros marcação a mercado		(19.266)	4.917
Saldo final		95.802	172.478
Imposto de renda e Contribuição social diferidos		6.550	(1.672)

j) Gestão de capital

	Consolidado	
	30/09/2025	31/12/2024
Dívida de empréstimos, financiamentos e partes relacionadas	(710.552)	(1.144.190)
Patrimônio líquido	1.250.095	815.951
(-) Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	61.590	149.383
Dívida líquida + Patrimônio líquido	601.129	(178.856)
Patrimônio líquido		
Capital social	1.250.095	815.951
Índice de alavancagem financeira - %	48%	-22%

Os planos de recuperação judicial permitiram a celebração de acordos, repactuação das taxas de juros e alongamento dos prazos para quitação da dívida.

A Administração acredita que o cumprimento dos Planos aprovados em 18 de dezembro de 2020 fornecerá condições para a recuperação econômica e operacional das empresas do Grupo Renova.

25. Lucro (Prejuízo) por ação

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado por meio da divisão do prejuízo líquido do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período, mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas no pressuposto do período das opções de compra de ações com valor de período inferior ao valor de mercado.

De acordo com o estatuto social da Companhia as ações preferenciais possuem participação nos lucros distribuídos em igualdade com as ações ordinárias.

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros (prejuízos) básico e diluído por ação para cada um dos períodos apresentados na demonstração de resultados:

	Controladora			
	3º Trimestre		Acumulado 9 meses	
	2025	2024	30/09/2025	30/09/2024
Prejuízo do período	(44.583)	(1.345)	(102.343)	(49.420)
<u>Prejuízo básico e diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.801	372.184	372.801	372.184
Prejuízo básico e diluído por ação (em R\$)	(0,12)	(0,00)	(0,27)	(0,13)
<u>Prejuízo diluído por ação:</u>				
Média ponderada das ações ordinárias e preferenciais disponíveis (em milhares)	372.801	372.184	372.801	372.184
Prejuízo diluído por ação (em R\$)	(0,12)	(0,00)	(0,27)	(0,13)

Em 30 de abril de 2025, a Renova Energia S.A. aprovou o grupamento de suas ações na proporção de 2 para 1, sem alteração no capital social. Conforme o CPC 41 – Resultado por Ação, os valores de resultado por ação foram ajustados retrospectivamente para todos os períodos apresentados, garantindo a comparabilidade das informações.

26. Cobertura de seguros (não auditado)

A Companhia e suas controladas mantêm seguros para determinados bens do ativo imobilizado bem como para responsabilidade civil e outras garantias contratuais, com montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas. O resumo das apólices vigentes em 30 de setembro de 2025 é como segue:

Objeto da Garantia	Risco de operação		Vigência	
	Importância Segurada		Início	Fim
Riscos operacionais	5.112.826		30/06/2025	30/06/2026
Responsabilidade Civil Geral	50.000		30/11/2024	30/11/2025
Fiança bancária	3.250		09/08/2024	09/08/2026
Fiança bancária	10.529		28/02/2025	28/02/2026

Risco de administração e portfólio

Objeto da Garantia	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Fim
Seguros de responsabilidade civil geral de administradores – D&O	60.000	31/01/2025	31/01/2026
Seguro empresarial dos escritórios	8.839	07/11/2025	07/11/2026
Seguro de riscos diversos - equipamentos	915	07/11/2025	07/11/2026
Proteção de dados e responsabilidade cibernética	5.000	29/03/2024	29/04/2026
Responsabilidade Civil Obras	3.000	10/09/2024	17/04/2026
Risco de Engenharia	16.000	10/09/2024	17/04/2026

27. Transações não envolvendo caixa

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2025, a Companhia e suas controladas realizaram as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/09/2025	30/09/2024	30/09/2025	30/09/2024
Provisão para perda sobre investimento	9	-	(4.400)	-	-
Aumento de capital em controladas com capitalização de crédito de terceiros		56.251	-	536.485	-
Aumento de capital em controladas		480.234	-	-	-
Direito de uso – arrendamento	11	4.993	2.911	6.625	-
Imobilizado - capitalização da folha de pagamento	10	4.478	3.851	5.051	3.851
Efeito da conciliação imobilizado – fornecedor	12	-	-	7	(404)
Reclassificação entre Provisão para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas e Fornecedores		-	-	-	(51.923)
Ações resgatáveis - Partes relacionadas		22.937	-	-	-